



DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 098

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 05 DE OUTUBRO DE 2010

ANO XXXV

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

VALDIR ROSSONI
2º Secretário - PSDB

ELTON WELTER
3º Secretário - PT

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

PASTOR EDSON PRACZYK
5º Secretário - PRB

ERON ABOUD
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Caíto Quintana
Líder da Oposição Elio Rusch
PMDB Waldyr Pugliesi
PSDB Ademar Traiano
Partido Democratas Plauto Miró
PT Pedro Ivo
PP Duílio Genari
PDT Luiz Carlos Martins
Bloco PPS/PMN Douglas Fabrício
Bloco PSB/PRB/PV Reni Pereira
Bloco PTB/PR Jocelito Canto

Representação Partidária

PMDB - 17: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romaneli - Luiz Eduardo Cheida - Nereu Moura - Rafael Greca - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Enio Verri - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Fernando Scanavaca - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Wilson Quinteiro; **PR** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 098

98ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva 02

Presenças 02

Abertura da Sessão 03

Expediente:

Ofícios 03

Requerimentos 10

Projetos de Lei 20

Pequeno Expediente:

Dep. Reni Pereira 21

Dep. Antonio Belinati 22

Dep. Ney Leprevost 23

Dep. Tadeu Veneri 24

Dep. Elio Rusch 25

Dep. Luiz Claudio Romanelli 28

Grande Expediente:

Dep. Douglas Fabrício 29

Horário das Lideranças:

Liderança do PP

Dep. Antonio Belinati 22

Dep. Ney Leprevost 23

Liderança do DEM

Dep. Elio Rusch 25

Liderança do PMDB

Dep. Luiz Claudio Romanelli 28

Liderança do Governo

Dep. Caíto Quintana 32

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 34

Discussão/Votação

Redação Final 34

2ª Discussão 34

1ª Discussão 37

Requerimentos 41

Encerramento da Sessão 41

DIÁRIO Nº 098

98ª SESSÃO ORDINÁRIA

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA ATA DA 98ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 05 DE OUTUBRO DE 2010

(terça-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelos Srs. Deputados Fernando Scanavaca e Jonas Guimarães.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Alexandre Curi, Valdir Rossoni, Elton Welter, Cida Borghetti, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Caíto Quintana, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Elio Rusch, Enio Verri, Fernando Scanavaca, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Neivo Beraldin, Nereu Moura, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Rafael Greca, Reni Pereira, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato, e Wilson Quinteiro (45).

Ausentes os Srs. Deputados: Felipe Lucas, Ademir Bier, Beti Pavin, Edson Strapasson, Luiz Carlos Martins, Marcelo Rangel, Nelson Garcia e Waldyr Pugliesi (08).

Ausentes com justificativa o Sr. Deputado Fábio Camargo (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Ofícios

Sob o nº CTL/CC 127/10 do Sr. Orlando Pessuti - Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 127/10, de autoria do Poder Executivo, por considerá-lo inconstitucional. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº 758/10/GS do Sr. Jorge Augusto Callado Afonso - Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, em resposta ao pedido de informações requerido pela Bancada da Oposição, que solicita informações complementares sobre a venda de madeira no Bosque do Parque do Monge, localizado no Município da Lapa. **Ao conhecimento dos Srs. Deputados interessados.**

Sob o nº AL001244/10 do Sr. Daniel Silva Balaban, Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE do Ministério da Educação, informando liberação de recursos financeiros destinados a APMF - Escola Estadual José Gomes do Amaral, com o objetivo de implantação do Programa PDDE - Educação Integral. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº AL001245/10 do Sr. Daniel Silva Balaban, Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE do Ministério da Educação, informando liberação de recursos financeiros destinados a APMF - Instituto de Educação Prof. César P. Martinez, com o objetivo de implantação do Programa PDDE - Educação Integral. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº AL001246/10 do Sr. Daniel Silva Balaban, Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE do Ministério da Educação, informando liberação de recursos financeiros destinados a APMF - Senador Correia, com o objetivo de implantação do Programa PDDE - Educação Integral. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº AL001247/10 do Sr. Daniel Silva Balaban, Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE do Ministério da Educação, informando liberação de recursos financeiros destinados a APMF - César Stange, com o objetivo de implantação do Programa PDDE - Educação Integral. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº AL001250/10 do Sr. Daniel Silva Balaban, Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE do Ministério da Educação, informando liberação de recursos financeiros destinados a APMF - Colégio Estadual Semiramis de B. Braga, com o objetivo de implantação do Programa PDDE - Educação Integral. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº AL001251/10 do Sr. Daniel Silva Balaban, Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE do Ministério da Educação, informando liberação de recursos financeiros destinados a Associação de Pais, Mestres e Funcionários do Colégio Guatupê, com o objetivo de implantação do Programa PDDE - Educação Integral. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº AL001253/10 do Sr. Daniel Silva Balaban, Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE do Ministério da Educação, informando liberação de recursos financeiros destinados a APMF do Colégio Estadual Rui Barbosa - Ensino Fundamental e Médio, com o objetivo de implantação do Programa PDDE - Educação Integral. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº AL001254/10 do Sr. Daniel Silva Balaban, Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE do Ministério da Educação, informando liberação de recursos financeiros destinados a APMF - Escola Estadual Vinicius de Moraes, com o objetivo de implantação do Programa PDDE - Educação Integral. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº AL001255/10 do Sr. Daniel Silva Balaban, Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE do Ministério da Educação, informando liberação de recursos financeiros destinados a APMF - Colégio Estadual Helena V. Sundin, com o objetivo de implantação do Programa PDDE - Educação Integral. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº AL001256/10 do Sr. Daniel Silva Balaban, Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE do Ministério da Educação, informando liberação de recursos financeiros destinados a APMF - Escola Estadual Bento M. da Rocha Neto, com o objetivo de implantação do Programa PDDE - Educação Integral. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº AL001257/10 do Sr. Daniel Silva Balaban, Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE do Ministério da Educação, informando liberação de recursos financeiros destinados a APMF - Estados Unidos da América, com o objetivo de implantação do Programa PDDE - Educação Integral. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº AL001258/10 do Sr. Daniel Silva Balaban, Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE do Ministério da Educação, informando liberação de recursos financeiros destinados a APMF - Colégio Estadual Profª Zilah dos S. Batista, com o objetivo de implantação do Programa PDDE - Educação Integral. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº AL001259/10 do Sr. Daniel Silva Balaban, Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE do Ministério da Educação, informando liberação de recursos financeiros destinados a APMF - Colégio Estadual José Bonifácio - Ensino de 1º e 2º Graus, com o objetivo de implantação do Programa PDDE - Educação Integral. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº AL001261/10 do Sr. Daniel Silva Balaban, Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE do Ministério da Educação, informando liberação de recursos financeiros destinados a APMF - Colégio Estadual Jardim Europa, com o objetivo de implantação do Programa PDDE - Educação Integral. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº AL001262/10 do Sr. Daniel Silva Balaban, Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE do Ministério da Educação, informando liberação de recursos financeiros destinados a APMF - Colégio Estadual Dr. Francisco A. Macedo, com o objetivo de implantação do Programa PDDE - Educação Integral. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº AL001263/10 do Sr. Daniel Silva Balaban, Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE do Ministério da Educação, informando liberação de recursos financeiros destinados a APMF - Escola Estadual Narciso Mendes, com o objetivo de implantação do Programa PDDE - Educação Integral. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº AL001264/10 do Sr. Daniel Silva Balaban, Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE do Ministério da Educação, informando liberação de recursos financeiros destinados a APMF - Colégio Estadual Monteiro Lobato, com o objetivo de implantação do Programa PDDE - Educação Integral. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº AL001265/10 do Sr. Daniel Silva Balaban, Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE do Ministério da Educação, informando liberação de recursos financeiros destinados a APMF - Reni Foss dos Anjos, com o objetivo de implantação do Programa PDDE - Educação Integral. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº AL001266/10 do Sr. Daniel Silva Balaban, Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE do Ministério da Educação, informando liberação de recursos financeiros destinados a APM - Frei Doroteu de Padua, com o objetivo de implantação do Programa PDDE - Educação Integral. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº AL001267/10 do Sr. Daniel Silva Balaban, Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE do Ministério da Educação, informando liberação de recursos financeiros destinados a APMF - Escola Prof. Lauro G. da V. Pessoa, com o objetivo de implantação do Programa PDDE - Educação Integral. **Ao conhecimento da Casa.**

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

OFÍCIO Nº 1759/10-GP

Curitiba, em 01/10/10.

Senhor Presidente:

Encaminho a V. Exa., para apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que cria na estrutura do Quadro de Servidores do Poder Judiciário, vinculados à Secretaria do Tribunal de Justiça, 05 (cinco) cargos de Administrador, 12 (doze) cargos de Contador e 05 (cinco) cargos de Economista, que passam a integrar o Anexo I - Grupo Ocupacional Superior, da Lei nº 11719, de 12/05/97, consolidado no Anexo I da Lei nº 14807, 20/07/05.

As razões desta proposição estão contempladas na justificativa que acompanha o aludido anteprojeto.

Em conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal, envio, em anexo, a documentação pertinente à matéria relacionada ao disposto nos artigos 16, 17 e 22 da referida Lei Complementar nº 101/00.

Neste ensejo, consigno a V. Exa. minhas expressões de consideração e apreço.

(a) CELSO ROTOLI DE MACEDO - Presidente

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º Ficam criados na estrutura do Quadro de Servidores do Poder Judiciário, vinculados à Secretaria do Tribunal de Justiça, 05 (cinco) cargos de Administrador, 12 (doze) cargos de Contador e 05 (cinco) cargos de Economista, que passam a integrar o Anexo I - Grupo Ocupacional Superior, da Lei nº 11719, de 12/05/97, consolidado no Anexo I da Lei nº 14807, de 20/07/05.

Art. 2º O preenchimento dos cargos fica condicionado ao cumprimento das disposições e dos limites orçamentário-financeiros constantes da Lei Complementar nº 101, de 04/05/00.

Art. 3º Fica alterado o Anexo III - Grupo Ocupacional Superior, da Lei nº 11719, de 12/05/97, consolidado no Anexo I da Lei nº 14807, de 20/07/05, na forma disposta no Anexo I desta lei.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta da dotação orçamentária própria do Poder Judiciário.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO I (Altera o ANEXO III - Tabela 1, da Lei nº 11719/97, consolidado pelo ANEXO I da Lei Estadual nº 14807/05, com as modificações posteriores)			
ANEXO III TABELA I CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO			
	Cargos	Situação Atual (nº de cargos)	Situação Proposta (nº de cargos)
Grupo Ocupacional Superior	Assessor Jurídico	121	121
	Administrador	15	20
	Analista de Sistema	40	40
	Arquiteto	04	04
	Assistente Social	38	38
	Bibliotecário	08	08
	Contador	14	26
	Dentista	03	03
	Economista	09	14
	Engenheiro	09	09
	Estatístico	02	02
	Jornalista	01	01
	Médico	04	04
	Programador de Computador	21	21
	Psicólogo	08	08
TOTAL		297	319

Grupo Ocupacional Intermediário	Auxiliar de Enfermagem	04	04
	Desenhista	03	03
	Eletrotécnico	10	10
	Mecânico	06	06
	Oficial Judiciário	527	527
	Operador de Computador	0	0
	Técnico em Computação	83	83
	Técnico Judiciário	606	606
TOTAL		1.239	1.239

Grupo Ocupacional Básico	Agente de Conservação	143	143
	Agente de Serviços Gerais	165	165
	Ascensorista	22	22
	Copeiro	16	16
	Motorista	151	151
	Telefonista	08	08
TOTAL		505	505
TOTAL GERAL		2.041	2.063

JUSTIFICATIVA:

O presente anteprojeto de lei tem por objetivo criar cargos na estrutura do Quadro de Servidores Efetivos da Secretaria do Tribunal de Justiça, e visa atender ao processo de expansão e modernização dos serviços do Poder Judiciário paranaense.

Pelo proposto, serão criados 05 (cinco) cargos de Administrador, 12 (doze) cargos de Contador e 05 (cinco) cargos de Economista, que passam a integrar o Anexo I - Grupo Ocupacional Superior, da Lei nº 11719, de 12/05/97, consolidado no Anexo I da Lei nº 14807, de 20/07/05, e alterações posteriores.

Justifica-se a presente proposição tendo em conta a necessidade de dar atendimento às alterações trazidas pela promulgação da Emenda Constitucional nº 062, publicada no Diário Oficial da União em 12/12/09, que alterou o artigo 100 da Constituição Federal e acrescentou o artigo 97 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, que instituiu regime especial de pagamento de precatórios pelos Estados, atribuindo aos Tribunais de Justiça dos Estados a competência para gerir os recursos destinados ao pagamento dos precatórios requisitórios.

A implantação do sistema de Controle Interno e a necessidade de pessoal técnico para a implementação e o cumprimento das disposições constitucionais e do Conselho Nacional de Justiça se apresentam como realidade.

Ademais, o crescente número de contratos de terceirização para atendimento a todas as Comarcas do Estado, que envolve a análise de propostas e planilhas de custo de mão de obra, cálculos para aditamentos/reajuste, conferência de documentação trabalhista e previdenciária, além de controle e fiscalização dos contratos são fatores que também justificam a presente proposição.

O impacto orçamentário-financeiro da presente proposta corresponde a um acréscimo mensal de aproximadamente R\$ 129.490,00 (cento e vinte e nove mil quatrocentos e noventa reais), totalizando o valor de R\$ 1.632.359,00 (um milhão seiscentos e trinta e dois mil e trezentos e cinquenta e nove reais) para o exercício de 2011, e igual importância para os exercícios de 2012 e 2013, com a incidência de correção monetária.

Nos termos do Relatório de Gestão Fiscal do Poder Judiciário, relativo ao 1º quadrimestre de 2010, a despesa total com pessoal situou-se em 3,33% (três vírgula trinta e três por cento) da Receita Corrente Líquida, portanto, abaixo do limite prudencial de 5,70% (cinco vírgula setenta por cento), conforme preceitua o artigo 22, parágrafo único, da citada Lei de Responsabilidade Fiscal (5,7% cf. artigo 22, parágrafo único), sendo que a referida despesa já está sendo prevista para o orçamento deste Tribunal de Justiça para o exercício de 2011.

Encontra-se em anexo a Declaração do Ordenador da Despesa, de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual, e compatibilidade com o Plano Plurianual 2008-2011 (Lei Estadual nº 15757/07).

Os custos da presente proposta correrão à conta da dotação própria do Tribunal de Justiça, conforme detalhamento constante do Relatório de Execução Orçamentária SIA110, que prevê uma dotação orçamentária para 2011 de R\$ 683.476.300,00 na rubrica 3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil, não comprometendo o limite de gastos com pessoal e encargos sociais do Poder Judiciário.

Registre-se, por fim, que em sessão do egrégio Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, realizada em 13/09/10, foi aprovado o presente anteprojeto de lei.

DECLARAÇÃO

Declaro, em atendimento ao disposto no artigo 16, inciso II, da Lei Complementar nº 101, de 04/05/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal), que as despesas decorrentes do anteprojeto de lei, em anexo, que cria cargos de provimento efetivo na estrutura do Quadro de Servidores do Poder Judiciário, vinculados à Secretaria do Tribunal de Justiça, consta da proposta orçamentária do Poder Judiciário para o exercício financeiro de 2011 e compatibilidade com o Plano Plurianual - PPA, 2008-2011, aprovado pela Lei Estadual nº 15757, de 27/12/07.

Curitiba, em 01/10/10.

(a) DES. CELSO ROTOLI DE MACEDO - Presidente

TRIBUNAL DE JUSTIÇA
OFÍCIO Nº 1731/10-GP

Curitiba, em 04/10/10.

Senhor Presidente:

Encaminho a V. Exa., para apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que dispõe sobre a alteração de dispositivo da Lei Estadual nº 14277, de 30/12/03 (Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná), e adota outras providências.

As razões desta proposição estão contempladas na justificativa que acompanha o aludido anteprojeto.

Em conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal, envio, em anexo, a documentação pertinente à matéria relacionada ao disposto nos artigos 16, 17 e 22 da referida Lei Complementar nº 101/00.

Neste ensejo, consigno a V. Exa. minhas expressões de consideração e apreço.

(a) CELSO ROTOLI DE MACEDO - Presidente

MINUTA DE ANTEPROJETO DE LEI

SÚMULA:

Altera dispositivo da Lei Estadual nº 14277, 30/12/03 (Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná), e adota outras providências.

Art. 1º O parágrafo 3º do artigo 81 da Lei Estadual nº 14277, de 30/12/03, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 81 (...).

(...).

§ 3º Os Juízes de entrância final receberão noventa e cinco por cento (95%) dos vencimentos ou dos subsídios de Desembargador, e a diferença de uma entrância para outra será de cinco por cento (5%).”

Art. 2º A presente lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA:

O presente anteprojeto de lei, oriundo do protocolado sob nº 134.096/09-TJPR, proposta pela Associação dos Magistrados do Paraná (AMAPAR), tem por objetivo a alteração da Lei Estadual nº 14277, de 30/12/03 - Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná - CODJ, no âmbito do parágrafo 3º do artigo 81; reduzindo o percentual que hoje é de 10% (dez por cento) para 5% (cinco por cento) de diferença dos subsídios (vencimentos) entre as entrâncias da Magistratura estadual.

Cediço que a Constituição Federal/88 determina em seu artigo 93, V, quanto ao escalonamento remuneratório na carreira da magistratura nacional:

Art. 93. (...).

V - o subsídio dos Ministros dos Tribunais Superiores corresponderá a noventa e cinco por cento do sub-

sídio mensal fixado para os Ministros do Supremo Tribunal Federal e os subsídios dos demais magistrados serão fixados em lei e escalonados, em nível federal e estadual, conforme as respectivas categorias da estrutura judiciária nacional, não podendo a diferença entre uma e outra ser superior a dez por cento ou inferior a cinco por cento, nem exceder a noventa e cinco por cento do subsídio mensal dos Ministros dos Tribunais Superiores, obedecido, em qualquer caso, o disposto nos artigos 37, XI, e 39, parágrafo 4º.

Desta forma, a diferença entre os subsídios de um Ministro do Supremo Tribunal Federal para outro do Superior Tribunal de Justiça é de cinco por cento (5%), ainda, a mesma diferença entre subsídios de um Ministro do Superior Tribunal de Justiça para um Desembargador de Tribunal de Justiça dos Estados ou do Distrito Federal ou mesmo para um Juiz de Tribunal Regional Federal também é de 5%.

A maioria dos Estados brasileiros adotam a diferença nos subsídios de 5% entre entrâncias, v.g. Santa Catarina, São Paulo, Mato Grosso do Sul, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Alagoas, Tocantins, Bahia, etc.

Esse percentual de subsídio de 10% (dez por cento), hoje existente para a Magistratura paranaense, entre suas entrâncias nas Comarcas do Estado, em relação à maioria absoluta dos Estados brasileiros, deixa de ser atrativo para os bacharéis em Direito que pretendem seguir essa carreira jurídica no Estado. Onde, por vezes acabam optando por fazerem concursos nos Estados vizinhos em que o percentual entre entrância é de 5% (cinco por cento), portanto com mais atrativo econômico/financeiro.

Referida proposta de alteração do parágrafo 3º do artigo 81 do CODJ, foi aprovada pelos membros da douta Comissão de Organização e Divisão Judiciárias deste Poder Judiciário, em Sessão Ordinária do dia 05/07/10; bem como também contou com a aprovação, pelo egrégio Órgão Especial do Tribunal de Justiça, em Sessão Ordinária do dia 13/09/10.

Seguem em anexo a documentação pertinente à matéria relacionada à Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Complementar nº 101/00, perfazendo para o exercício de 2011, um “quantum” geral de aproximadamente R\$ 18.520.000,00.

DECLARAÇÃO

Declaro, em atendimento ao disposto no artigo 16, inciso II, da Lei Complementar nº 101, de 04/05/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal), que as despesas decorrentes do anteprojeto de lei, em anexo, que altera disposto da Lei Estadual nº 14277, de 30/12/03 (Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná), parágrafo 3º do artigo 81, para que os Juízes de Entrância Final recebam 95% do vencimento de Desembargador e a diferença de uma entrância para

outra seja de 5%, objeto do protocolado sob nº 134.069/10-TJPR, de iniciativa da Associação dos Magistrados do Paraná - AMAPAR; apresentam adequação orçamentária e financeira com o Orçamento do Poder Judiciário para o exercício de 2011, aprovado pela Lei Estadual nº 16369, de 30/12/09, e compatibilidade com o Plano Plurianual - PPA 2008-2011, aprovado pela Lei Estadual nº 15757, de 27/12/07.

Curitiba, 04/10/10.

(a) CELSO ROTOLI DE MACEDO - Presidente

DEPARTAMENTO ECONÔMICO E FINANCEIRO
DIVISÃO DE CONTADORIA GERAL

Protocolo nº 134.096/09

Informação nº 039/09

Senhor Chefe:

Em atendimento a solicitação de fls. 71, relativo a diferença do subsídio da magistratura estadual passe a ser de 5% entre as entrâncias a partir dos subsídios dos Desembargadores, informo a V. S. que, verificando o último demonstrativo disponibilizado pela Secretaria de Estado da Fazenda relativo a projeção da receita líquida até o final do presente exercício constatei que será possível executar tão somente as despesas já comprometidas e empenhadas com folha de pagamento do pessoal, contratos e demais despesas de custeio.

Quanto aos novos projetos e pedidos que impliquem em aumento de despesas, a critério da Alta Administração, faz-se necessário impor restrições no sentido de manter o equilíbrio orçamentário e financeiro, como estabelece a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Finalmente, diante do exposto, e considerando que se iniciam as providências para a formalização do Projeto de Lei Orçamentária a ser encaminhado à Assembleia Legislativa até o final do mês de setembro, sugiro s.m.j., que este expediente seja encaminhado à Assessoria de Planejamento para possível inclusão da despesa na programação orçamentária de 2011.

É a informação.

Seção de Execução Orçamentária.

Em, 10/08/10.

(a) JOSÉ RENATO MAZZAROTTO - Chefe da Seção
De acordo.

Ao Diretor do Departamento
Econômico e Financeiro.

Em, 10/08/09.

(a) JOSÉ FERNANDES FERRARI - Chefe da Divisão
de Contadoria Geral

TRIBUNAL DE JUSTIÇA
OFÍCIO Nº 1736/10 - GP

Curitiba, em 29/09/10.

Senhor Presidente:

Encaminho a V. Exa., para apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que propõe alteração do artigo 297 da Lei Estadual nº 14277, de 30/12/03, Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná - CODJ, e altera os níveis de vencimento dos ocupantes do cargo de Auxiliar Administrativo do Foro Judicial, definindo o nível inicial e final da carreira divididos por entrância.

As razões desta proposição estão contempladas na justificativa que acompanha o aludido anteprojeto.

Em conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal, envio, em anexo, a documentação pertinente à matéria relacionada ao disposto nos artigos 16, 17 e 22 da referida Lei Complementar nº 101/00.

Neste ensejo, consigno a V. Exa. minhas expressões de consideração e apreço.

(a) CELSO ROTOLI DE MACEDO - Presidente

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º Fica alterado o artigo 297 da Lei Estadual nº 14277, de 30/12/03, Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 297. Os ocupantes do cargo de Auxiliar Administrativo do Foro Judicial, criados por esta lei, terão seus vencimentos fixados da seguinte forma: entrância final - nível B10 ao nível C4; na entrância intermediária: nível B7 ao nível C1; na entrância inicial: nível B3 ao nível B8.”

Art. 2º Fica alterado o Anexo I da Lei Estadual nº 14506, de 01/10/04, na forma disposta no Anexo I desta lei.

Art. 3º As alterações previstas nos artigos 1º e 2º desta lei, serão implantadas a partir de 01/02/11, assim como qualquer aumento de despesa dela decorrente ficam condicionadas ao cumprimento dos requisitos e dos limites previstos na Lei Complementar Federal nº 101, de 05/05/00 - Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta da dotação orçamentária própria do Poder Judiciário.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data da publicação.

ANEXO I (Altera o Anexo I da Lei Estadual nº 14506, de 01/10/04)				
DESLOCAMENTO NA CARREIRA				
FORO JUDICIAL				
Carreira		Classe	Inicial	Final
(...)				
Auxiliar Administrativo				
	Entrância Final	I	B10	C4
	Entrância Intermediária	II	B7	C1
	Entrância Inicial	III	B3	B8
Auxiliar Administrativo dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais				
	Entrância Final	I	B10	C4
	Entrância Intermediária	II	B7	C1
	Entrância Inicial	III	B3	B8
(...)				

JUSTIFICATIVA:

O presente anteprojeto de lei, Protocolo nº 234815/10-TJ, tem por objetivo alterar a redação do artigo 297 do Código de Organização e Divisão Judiciárias - Lei Estadual nº 14277/03, com alteração dos níveis de vencimento dos ocupantes do cargo de Auxiliar Administrativo do Foro Judicial, definindo o nível inicial e final da carreira, divididos por entrância.

Cedeço que a Lei Estadual nº 14506, de 01/10/04, disciplina o Quadro de Servidores do Foro Judicial com promoções, progressões e deslocamento na carreira, conforme contido no Anexo I da supracitada lei. A carreira dos auxiliares administrativos é dividida em classes por entrâncias: inicial, intermediária e final, e por níveis de vencimento, sendo que na entrância final a classe I desloca-se do nível A3 ao A6; na entrância intermediária a classe II desloca-se do nível A2 ao A5, e na entrância inicial a classe III, desloca-se do nível A1 ao A4.

A proposta altera, ainda, o Anexo I da Lei Estadual nº 14506, de 01/10/04, definindo o novo deslocamento na carreira dos auxiliares administrativos e dos auxiliares administrativos dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais, por entrância.

Com a apreciação e aprovação do anteprojeto, questões de ordem administrativa serão sanadas. Serão corrigidas as distorções atualmente existentes no Quadro de Servidores do Foro Judicial, pois atualmente os auxiliares administrativos têm os vencimentos fixados em nível abaixo daqueles fixados para integrantes de carreiras com atribuições similares.

Corrige-se, ainda, o número de níveis da referida carreira, passando dos atuais quatro níveis para seis níveis.

Essa adequação se justifica, aliás, para solucionar problema ocasionado pela edição da Lei Estadual nº 16023/08, que dispõe sobre o novo Quadro de Pessoal do 1º Grau de Jurisdição. Pela redação do artigo 21 da citada lei, foram declarados extintos os cargos vagos e os que vagarem, da carreira de Auxiliar Administrativo.

Desta forma, à luz da Lei nº 16023/08, subentende-se que os integrantes das carreiras de Auxiliar Administrativo tiveram suas expectativas de deslocamento na carreira e eventual promoção obstaculizadas.

Por fim, a proposição tem por objetivo evitar a evasão de servidores dos Quadros de Funcionários do Poder Judiciário, motivadas principalmente pela desigualdade de remuneração de servidores com a mesma qualificação e que desempenham as mesmas atividades, garantindo a continuidade e efetividade dos serviços prestados em primeiro grau de jurisdição.

Outrossim, o anexo alterado pela proposta do anteprojeto de lei, deverá ser publicado juntamente com a redação final, vez que é parte integrante desta lei.

A Comissão de Organização e Divisão Judiciárias, reunida no dia 30/08/10, em Sessão Ordinária, manifestou-se favorável ao presente anteprojeto de lei, que contou com a aprovação do egrégio Órgão Especial do Tribunal de Justiça, em Sessão realizada no dia 13/09/10.

O impacto orçamentário-financeiro da presente proposta corresponde a um acréscimo mensal de R\$ 685.100,00 (seiscentos e oitenta e cinco mil e cem

reais), totalizando o valor de R\$ 8.906.302,00 (oito milhões novecentos e seis mil trezentos e dois reais) para o exercício de 2011.

Nos termos do Relatório de Gestão Fiscal do Poder Judiciário, relativo ao 1º Quadrimestre de 2010, a Despesa Total com Pessoal situou-se em 3,38% (três vírgula trinta e oito por cento) da Receita Corrente Líquida, portanto, abaixo do limite prudencial de 5,70% (cinco vírgula setenta por cento), conforme preceitua o artigo 22, parágrafo único, da citada Lei de Responsabilidade Fiscal (5,7% cf. artigo 22, parágrafo único), sendo que a referida despesa já está sendo prevista para o orçamento deste Tribunal de Justiça para o exercício de 2011.

Encontra-se em anexo a Declaração do Ordenador da Despesa, de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual, e compatibilidade com o Plano Plurianual 2008 - 2011 (Lei Estadual nº 15757/07).

DECLARAÇÃO

Declaro, em atendimento ao disposto no artigo 16, inciso II, da Lei Complementar nº 101, de 04/05/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal), que as despesas decorrentes do anteprojeto de lei, em anexo, que altera a Lei Estadual nº 14277, de 30/12/03, com a alteração dos níveis de vencimento dos ocupantes do cargo de Auxiliar Administrativo do Foro Judicial, consta da proposta orçamentária do Poder Judiciário para o exercício financeiro de 2011 e compatibilidade com o Plano Plurianual - PPA, 2008-2011, aprovado pela Lei Estadual nº 15757, de 27/12/07.

Curitiba, em 29/09/10.

DES. CELSO ROTOLI DE MACEDO - Presidente

OFÍCIO S/N

Curitiba, em 05/10/10.

Senhor Presidente:

Venho através deste, justificar a V. Exa., minha ausência na Sessão Plenária do dia 06/10/10, quarta-feira, devido à reunião agendada com o Ministro do Planejamento Sr. Paulo Bernardo, na Cidade de Brasília/DF.

Sem mais para o momento, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e consideração.

(a) ENIO VERRI

OFÍCIO S/N

Curitiba, em 05/10/10.

Senhor Presidente:

Comunico a V. Exa., que me ausentarei do País de 05 (cinco) a 18 (dezoito) de outubro de 2010, para tratar de assuntos particulares, sem ônus para esta Assembleia Legislativa.

Sendo o que temos para a oportunidade, firmamos atentamente.

(a) CIDA BORGHETTI

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 3464

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e conforme o artigo 158, parágrafo único do Regimento Interno desta Casa, REQUER, após ouvido o douto Plenário, retirar por 10 Sessões, da votação do Projeto de Lei nº 302/10, oriundo da Mensagem Governamental nº 059/10, item 02 constante na Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 05/10/10.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 3548

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais REQUER, justificar ausência nas Sessões Ordinárias dos dias 04 e 05 de outubro do corrente ano, devido a problemas de saúde, estando impossibilitado de estar presente.

Sendo o que se apresenta para o momento agradeço antecipadamente.

Sala das Sessões, em 05/10/10.

(a) FABIO CAMARGO

REQUERIMENTO Nº 3462

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Dr. Benedito Felipe Rauen, ocorrido no último dia 23 nesta Capital.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 05/10/10.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Faleceu no último dia 23 de setembro nesta Capital o Sr. Dr. Benedito Felipe Rauen, aos 94 anos de idade. É filho do Sr. Octávio Xavier Rauen e de Dona Julieta de Carvalho Rauen. Era viúvo da Sra. Maria Francisca Rauen. O advogado Dr. Benedito Felipe Rauen era natural de Canoinhas - SC. Deixou 6 filhos, 14 netos e 2 bisnetos.

Era membro da Congregação Mariana da Catedral, da Federação Mariana de Curitiba e da Academia Marial de Aparecida. Aposentado como Subprocurador Geral da Justiça Militar Federal. Recebeu a Ordem dos Advogados do Brasil Seccional do Paraná pelos 50 anos ininterruptos de inscrição.

O saudoso Dr. Benedito Felipe Rauen, era autor de livros religiosos como: A Mãe de Deus e Mãe dos Homens e Todas as Gerações me Chamarão Bem-Aventurado e outros artigos sobre o catolicismo.

Formou-se em Direito na Universidade Federal do Paraná.

O destino roubou-o ao convívio de seus entes queridos, de seus amigos. Resta-nos, todavia um consolo: a certeza de que viveu uma vida honrada dedicada à família, aos amigos e ao trabalho.

Sua família, a família que o adorava despediu-se em lágrimas, dizendo que poderá repousar tranquilo, pois saberá honrar seu nome e cultivar sua memória.

Imploramos ao Pai Celeste que nossos amigos, familiares encontrem na fé e na esperança, o consolo necessário neste momento de tristeza e dor.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, através deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Rauen endereçando a ela, voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 3465

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente de voto de pesar para os familiares da Sra. Ednéia Aparecida Kvaltzyk pelo falecimento do bebê.

Sala das Sessões, em 05/10/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3466

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente de voto de pesar para os familiares da Sra. Rosalina da Luz Carneiro.

Sala das Sessões, em 05/10/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3467

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente de voto de pesar para os familiares da Sra. Elondina Teixeira Rogala.

Sala das Sessões, em 05/10/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3468

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente de voto de pesar para os familiares do Sr. Cândido José de Almeida.

Sala das Sessões, em 05/10/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3469

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente de voto de pesar para os familiares do Sr. Antonio Hoinaski.

Sala das Sessões, em 05/10/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3470

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente de voto de pesar para os familiares da Sra. Olga Scotti Magri.

Sala das Sessões, em 05/10/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3471

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente de voto de pesar para os familiares do Sr. José Opatá.

Sala das Sessões, em 05/10/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3472

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente de voto de pesar para os familiares do Sr. Paulo Henrique Martins.

Sala das Sessões, em 05/10/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3473

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente de voto de pesar para os familiares da Sra. Maria Geny da Cruz.

Sala das Sessões, em 05/10/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3474

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente de voto de pesar para os familiares da Sra. Conceição Rosa de Assis Pacheco.

Sala das Sessões, em 05/10/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3475

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente de voto de pesar para os familiares da Sra. Maria Ezilda de Deus.

Sala das Sessões, em 05/10/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3476

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente de voto de pesar para os familiares do Sr. Reinaldo Teixeira Ribas.

Sala das Sessões, em 05/10/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3477

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente de voto de pesar para os familiares do Sr. Boreslau Zimovski.

Sala das Sessões, em 05/10/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3478

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente de voto de pesar para os familiares do Sr. Felipe Augusto da Silva.

Sala das Sessões, em 05/10/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3479

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente de voto de pesar para os familiares da Sra. Clarice do Carmo Pereira.

Sala das Sessões, em 05/10/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3480

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente de voto de pesar para os familiares do Sr. Albino Jaronski.

Sala das Sessões, em 05/10/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3481

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente de voto de pesar para os familiares do Sr. Darci Nascimento.

Sala das Sessões, em 05/10/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3482

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente de voto de pesar para os familiares do Sr. Antonio Juarez Fonseca.

Sala das Sessões, em 05/10/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3483

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente de voto de pesar para os familiares da Sra. Rosangela Pinheiro.

Sala das Sessões, em 05/10/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3484

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente de voto de pesar para os familiares da Sra. Claudineri Rocha de Andrade.

Sala das Sessões, em 05/10/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3485

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente de voto de pesar para os familiares do Sr. Cheite Guebur Dalzoto.

Sala das Sessões, em 05/10/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3486

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente de voto de pesar para os familiares da Sra. Sebastiana Marinho Fernandes.

Sala das Sessões, em 05/10/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3487

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente de voto de pesar para os familiares do Sr. José Cação Ribeiro Junior.

Sala das Sessões, em 05/10/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3488

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente de voto de pesar para os familiares da Sra. Michalina Hrenechen.

Sala das Sessões, em 05/10/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3489

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente de voto de pesar para os familiares da Sra. Zaira Matias Patruni.

Sala das Sessões, em 05/10/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3490

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente de voto de pesar para os familiares da Sra. Eva Fernandes.

Sala das Sessões, em 05/10/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3491

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente de voto de pesar para os familiares da Sra. Joana Gonçalves da Silva.

Sala das Sessões, em 05/10/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3492

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente de voto de pesar para os familiares do Sr. Alceu Paes.

Sala das Sessões, em 05/10/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3493

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente de voto de pesar para os familiares do Sr. Hamilton de Andrade Ribeiro.

Sala das Sessões, em 05/10/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3494

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente de voto de pesar para os familiares do Sr. Yatay de Brito.

Sala das Sessões, em 05/10/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3495

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente de voto de pesar para os familiares do Sr. João Miguel Barbosa.

Sala das Sessões, em 05/10/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3496

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente de voto de pesar para os familiares do Sr. José Rodrigues da Silva.

Sala das Sessões, em 05/10/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3497

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente de voto de pesar para os familiares do Sr. Antonio Paz de Farias.

Sala das Sessões, em 05/10/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3498

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente de voto de pesar para os familiares do Sr. Luis Lauro dos Santos.

Sala das Sessões, em 05/10/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3499

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente de voto de pesar para os familiares do Sr. José Augusto Ribeiro Leal.

Sala das Sessões, em 05/10/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3500

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente de voto de pesar para os familiares do Sr. Alorino Meira dos Santos.

Sala das Sessões, em 05/10/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3501

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente de voto de pesar para os familiares do Sr. Antonio Pestun.

Sala das Sessões, em 05/10/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3502

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente de voto de pesar para os familiares do Sr. João Rosa.

Sala das Sessões, em 05/10/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3503

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente de voto de pesar para os familiares do Sr. Albari Moraes.

Sala das Sessões, em 05/10/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3504

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente de voto de pesar para os familiares do Sr. Flávio Pyzybyliski.

Sala das Sessões, em 05/10/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3505

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente de voto de pesar para os familiares do Sr. Luis Rega.

Sala das Sessões, em 05/10/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3506

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente de voto de pesar para os familiares do Sr. Joel Merline.

Sala das Sessões, em 05/10/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3507

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente de voto de pesar para os familiares do Sr. Antonio Rodrigues.

Sala das Sessões, em 05/10/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3508

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente de voto de pesar para os familiares da Sra. Belanizia Paes Ferreira.

Sala das Sessões, em 05/10/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3509

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente de voto de pesar para os familiares da Sra. Joana da Silva.

Sala das Sessões, em 05/10/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3510

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente de voto de pesar para os familiares do Sr. José Carlos Ferreira Jr.

Sala das Sessões, em 05/10/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3511

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente de voto de pesar para os familiares do Sr. Alexandre Mayer.

Sala das Sessões, em 05/10/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3512

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente de voto de pesar para os familiares do Sr. Nelson Alves.

Sala das Sessões, em 05/10/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3513

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente de voto de pesar para os familiares do Sr. Darci Vedan.

Sala das Sessões, em 05/10/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3514

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente de voto de pesar para os familiares do Sr. Luis Angelo Capri.

Sala das Sessões, em 05/10/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3515

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente de voto de pesar para os familiares do Sr. André Marcoviski.

Sala das Sessões, em 05/10/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3516

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente de voto de pesar para os familiares do Sr. Domingos de Oliveira.

Sala das Sessões, em 05/10/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3517

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente de voto de pesar para os familiares do Sr. Ourides Jeremias da Fonseca.

Sala das Sessões, em 05/10/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3518

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente de voto de pesar para os familiares do Sr. Pascoal Trauchinski.

Sala das Sessões, em 05/10/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3519

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente de voto de pesar para os familiares do Sr. Amauri Pereira de Moraes.

Sala das Sessões, em 05/10/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3520

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente de voto de pesar para os familiares do Sr. Mauro Zack.

Sala das Sessões, em 05/10/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3521

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente de voto de pesar para os familiares do Sr. João Antunes Pedroso.

Sala das Sessões, em 05/10/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3522

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente de voto de pesar para os familiares do Sr. Espedito Barbosa.

Sala das Sessões, em 05/10/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3523

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente de voto de pesar para os familiares do Sr. Anderson Luis Carvalho.

Sala das Sessões, em 05/10/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3524

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente de voto de pesar para os familiares do Sr. Alceu Silveira.

Sala das Sessões, em 05/10/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3525

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente de voto de pesar para os familiares do Sr. Marino Avelino Favero.

Sala das Sessões, em 05/10/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3526

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente de voto de pesar para os familiares da Sra. Argentina Lins Lopes Dias.

Sala das Sessões, em 05/10/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3527

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente de voto de pesar para os familiares da Sra. Joraci Ruthe do Nascimento.

Sala das Sessões, em 05/10/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3528

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente de voto de pesar para os familiares da Sra. Zenita Ribeiro Domingues.

Sala das Sessões, em 05/10/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3529

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente de voto de pesar para os familiares da Sra. Maria da Luz de Oliveira da Silva.

Sala das Sessões, em 05/10/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3530

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente de voto de pesar para os familiares da Sra. Vanda Tamoski Soares.

Sala das Sessões, em 05/10/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3531

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente de voto de pesar para os familiares da Sra. Zoraide Hohmann.

Sala das Sessões, em 05/10/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3533

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente de voto de pesar para os familiares da Sra. Maria Joana Ferreira Pontes.

Sala das Sessões, em 05/10/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3534

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente de voto de pesar para os familiares da Sra. Iolanda Gomes Anunziato.

Sala das Sessões, em 05/10/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3535

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente de voto de pesar para os familiares da Sra. Eloína Bueno de Oliveira.

Sala das Sessões, em 05/10/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3536

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente de voto de pesar para os familiares da Sra. Olidia Brucker Schmitz.

Sala das Sessões, em 05/10/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3537

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente de voto de pesar para os familiares da Sra. Vera Lúcia Valomi dos Santos.

Sala das Sessões, em 05/10/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3538

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente de voto de pesar para os familiares da Sra. Ana Paula Ferreira dos Santos.

Sala das Sessões, em 05/10/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3539

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente de voto de pesar para os familiares da jovem Beatriz do Rocio Souza.

Sala das Sessões, em 05/10/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3540

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente de voto de pesar para os familiares da Sra. Nilda Margarida Roth.

Sala das Sessões, em 05/10/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3541

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente de voto de pesar para os familiares do Sr. Jorandir José da Rosa.

Sala das Sessões, em 05/10/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3542

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente de voto de pesar para os familiares do Sr. Otávio Frizzas.

Sala das Sessões, em 05/10/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3543

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente de voto de pesar para os familiares do Sr. Davi de Oliveira Gomes.

Sala das Sessões, em 05/10/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3544

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente de voto de pesar para os familiares do Sr. Eugênio Pereira Cardoso.

Sala das Sessões, em 05/10/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3545

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente de voto de pesar para os familiares da Sra. Isolni Feltran.

Sala das Sessões, em 05/10/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3546

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente de voto de pesar para os familiares do Sr. Mário Ferreira dos Santos.

Sala das Sessões, em 05/10/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3550

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, REQUER à Mesa, após ouvido o douto Plenário, seja inscrito nos Anais desta Casa representativa, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. José Carlos Veiga Lopes, ocorrido no último dia 3, em Curitiba.

Requer mais: que da manifestação proposta seja dado conhecimento à família do ilustre morto - bem como à Academia Paranaense de Letras, que ele dirigia.

Sala das Sessões, em 05/10/10.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

O Dr. José Carlos Veiga Lopes, falecido aos 71 anos de idade, formou-se em Engenharia Civil, desde cedo era apaixonado pelos estudos e pesquisas históricas, tanto relacionadas com o Paraná como voltadas às realidades regionais do Brasil. Dedicado a esse labor intelectual, foi um estudioso das raízes históricas do Paraná, notadamente os primeiros povoamentos por elementos europeus no Litoral paranaense, no planalto curitibano e nos Campos Gerais.

Recentemente publicou na Revista da Academia Paranaense de Letras um ensaio sobre os aspectos que levaram à emancipação política do Paraná em 1853, bem como o papel exercido pelos paranaenses na fase de consolidação da República, durante o episódio do Cerco da Lapa em 1894 - situando aqueles fatores como determinantes da nossa contribuição para a unidade nacional.

Em sua propriedade rural nos Campos Gerais ele mantinha um museu especializado em artesanato das várias regiões componentes do território brasileiro - como o típico nordestino, das Minas Gerais, paulista, do Paraná e assim por diante - tudo contribuindo para assinalar a diversidade cultural de nosso País-Continente.

Como Presidente da Academia Paranaense de Letras e 1º Vice-Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná, Veiga Lopes estava sempre pronto a liderar iniciativas de caráter cultural, como a 16ª Semana de História, levada a efeito pelas duas instituições para celebrar os 80 anos da Revolução de 1930 e suas repercussões no Paraná.

José Carlos Veiga Lopes era filho do saudoso Prefeito curitibano Ângelo Lopes, deixa esposa e filhos. Seu desaparecimento abre uma lacuna na comunidade intelectual paranaense, que perde um homem atencioso, culto e, sobretudo, voltado para a valorização da cultura e da identidade própria da gente brasileira do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 3460

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Município de Campo Mourão pela passagem, no próximo dia 10/10/10, do seu 63º aniversário.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência ao Exmo. Sr. Nelson José Tureck, Prefeito Municipal, a Vice-Prefeita Sra. Regina Massareto Bronzel Dubay bem como a todos os Srs. Vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a população de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 05/10/10.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

No próximo dia 10 de outubro, o Município de Campo Mourão estará comemorando seus 63 anos. E é

com satisfação que constatamos que o Município atravessa uma fase de desenvolvimento significativo.

Os primeiros homens do Município de Campo Mourão foram agricultores. E foi o instinto que os levou a amansar a terra, para dela tirarem o necessário para o sustento.

Não foi pois, às artes e às ciências que o homem dedicou os primeiros albos de sua inteligência e, sim, a agricultura. Não é sem razão pois que ela é tida como a indústria mãe.

Com efeito, quantas não são, nos tempos modernos, as indústrias e quantas não tem por fim auxiliá-la para que seu rendimento seja maior? É verdade que essa industrialização se baseia no progresso da agricultura.

Fiquem, portanto, certos todos os organizadores do Município de Campo Mourão, que o meio de vida que abraçaram é dos mais nobilitantes dentre todas as atividades a que as famílias possam se entregar.

Explorar a terra, cultivar as árvores e os cereais, desenvolver a pecuária - é concorrer para a satisfação das mais prementes necessidades das famílias de Campo Mourão.

Entendemos não ser justo as famílias do campo desviarem seus filhos para outras profissões que poderão julgar nobilitantes, pois, essa é das mais altas e certamente é aquela que mais puros prazeres pode proporcionar. Pois que por ela o homem está mais em contato com a natureza que ainda é a fonte mais pura de onde flui a satisfação humana.

Que a agricultura a pecuária e cereais, prosperem produzindo os almejados frutos são os votos deste Parlamentar, para galardão e felicidades de toda a população do Município de Campo Mourão.

Através desta proposição parabenizamos as autoridades constituídas do Município, bem como toda a população pelo transcurso da significativa data.

REQUERIMENTO Nº 3461

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, para que fique registrado para a posteridade, voto de congratulações e aplausos ao Coritiba Foot Ball Club, pela passagem de seus 101 anos de fundação no próximo dia 12/10/10.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência ao Presidente Dr. Jair Cirino dos Santos, para que receba e transmita aos demais diretores, conselheiros, diretoria técnica e aos atletas.

Sala das Sessões, em 05/10/10.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

No próximo dia 12 do corrente o Coritiba Foot Ball Club comemorará seus 101 anos de fundação.

O esporte é uma escola, nela se aprende a dominar a vontade e a coordenar os impulsos. De que valeria a força bruta, se a inteligência não a norteasse?

Hoje em dia em que tudo obedece a determinadas técnicas, o esporte é por excelência o seu campo preferido. E técnica quer dizer consciência.

Eis a razão porque em todos os Países civilizados do mundo o esporte é hoje contemplado nas atividades educativas como parte imprescindível de seu programa. Nem poderia ser de outra forma se quisermos atingir o aforismo latino: *Mens Sana in Corpore Sano*. Sim, um espírito sadio num corpo sadio é o escopo de todos os povos que almejam ocupar um lugar preponderante entre as demais nações do globo.

Nesta oportunidade, tenho o prazer de saudar todos os dirigentes, associados, torcedores e atletas do nosso Coritiba Foot Ball Club.

Não há esporte sem o Coritiba Foot Ball Club.

Não há modernização sem esporte.

Não há equidade social sem o Coritiba Foot Ball Club.

Não há sem esporte o desenvolvimento do Estado do Paraná.

A sociedade moderna caracteriza-se pelo dinamismo. Eis porque meu coração enche-se de júbilo como dirigente e antigo torcedor, ao ensejo das comemorações dos 101 anos de fundação do nosso Coritiba Foot Ball Club. São tantas as emoções e alegrias que as palavras escritas são incapazes de traduzi-las.

Reconhecer é na verdade, o nosso tradicional clube, serve sempre de modelo a todos os tradicionais clubes. É o único no Brasil, que reconhece em vida quem na vida fez mais pela nossa instituição. Graças ao bom senso de nossos dirigentes que institucionalizaram nossa iniciativa, fazendo parte do calendário social do Coritiba Foot Ball Club. Mesmo tendo de enfrentar esporadicamente alguns desconfortos nas refregas em campo, nossas conquistas são imensuráveis. Partido desta premissa fundamenta-se nossa convicção de que enquanto esperamos o beneplácido e a tolerância de todos os associados e torcedores do nosso Coxa Branca, para exemplo a ser seguido pelas gerações vindouras.

O nosso Coxa Branca está disputando a Série “B” do Campeonato Brasileiro. Hoje está em primeiro lugar na classificação. Estamos torcendo para que termine alcançando a Série “A” para a próxima temporada.

Trabalhamos com todo o empenho e com todos os nossos ideais para que se este futuro na Série “A” seja de paz, justiça, esperança e de fé em nós mesmos.

Resta ainda a última palavra: uma oração de agradecimento a Deus Todo-Poderoso e sua Santíssima Mãe, o que humildemente faço neste momento, e, lembrando a mim mesmo, o ensinamento da admirável Santa Nossa Senhora Aparecida, Padroeira do Brasil. Graças damos a Senhora que por Deus foi escolhida para ser mãe de Cristo.

Virgem Maria, Virgem Bela, Mãe Amável, Mãe Querida, amparai os diretores, associados, torcedores e atletas do nosso Coritiba Foot Ball Club.

REQUERIMENTO Nº 3463

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, para a posteridade voto de congratulações e aplausos a todos os Srs. Vereadores do Estado do Paraná, pelo transcurso dia 1º de outubro, do Dia Nacional do Vereador.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência ao Sr. Vereador José Valmor Martins, Presidente da União dos Vereadores do Estado do Paraná (UVEPAR) para que receba e de conhecimento a todos os Srs. Vereadores do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 05/10/10.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Ao ser comemorado no dia 1º de outubro próximo passado, dia Nacional do Vereador, almejamos que seja feito deste dia o momento da compreensão e da gratidão, reconhecendo o inestimável trabalho desse político no atendimento ao cidadão de quem é a esperança primeira. Que lhe seja dado o devido reconhecimento, inclusive porque é basicamente a Câmara Municipal a primeira escola da política.

Ao conviver com o povo, o Vereador convive mais amiúde com o problemas da Cidade na área urbana, nos bairros e vilas, seja nos Distritos e povoados. Assim sendo, o seu trabalho é diuturno e o encaminhamento das questões e dos pedidos mais constantes.

O Legislativo Municipal constituído pelo conjunto de Vereadores é o órgão onde repercute a vontade soberana do povo, onde o Vereador luta pelos elevados interesses dos cidadãos.

Por essa razão é de justiça ressaltar e assinalar o transcurso do Dia do Vereador.

Devemos reconhecer que estes legítimos servidores merecem os maiores encômios, não apenas de nossa parte, como Parlamentar e, também representantes populares, mas de toda a sociedade.

A passagem do Dia Nacional do Vereador assinala uma data a ser festejada por todos os que têm algum envolvimento com a nobre atividade da política. Pois, o Vereador é o elo primeiro da transmissão da vontade popular, exercendo o mandato de base por delegação dos eleitores titulares da soberania. É ele que se encontra mais atento e próximo dos problemas comunitários e das mais legítimas reivindicações populares.

É portanto, com todo o respeito que o Vereador é merecedor que este Deputado, como representante do povo neste Poder se associe as homenagens a ele prestadas pela população paranaense.

REQUERIMENTO Nº 3549

Senhor Presidente:

Rafael Greca, Deputado Estadual que este subcreve, pede à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, por indicação, que insira em seus Anais voto de congratulações e profundo reconhecimento a professores e funcionários, ex-professores e ex-funcionários, alunos e ex-alunos, da valorosa Escola Pública, Colégio Estadual Prieto Martinez, por ocasião da abertura das comemorações de seu 1º centenário, neste ano, a 24 de setembro.

Colégio tradicional, da Capital do Estado do Paraná, no bairro do Bom Retiro de Curitiba, o Prieto Martinez surgiu em 1910, denominado Escola Isolada Vila Agostinho, em terrenos doados pelo Coronel da Guarda Nacional Agostinho Ribeiro de Macedo, nosso tio-bisavô. Em 1932 ganhou o status de Grupo Escolar Prieto Martinez. O nome Prieto Martinez refere um antigo inspetor paulistano de Educação, ao tempo da criação da Província do Paraná, nos idos de 1853. Em 1966 passou à categoria de ginásio estadual. Hoje é o conceituado Colégio Estadual Prieto Martinez.

Sala das Sessões, em 05/10/10.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

Uma escola pública centenária qualificada para o futuro, significa endereço de bem comum, de construção da cidadania plena, e de valorização dos seres humanos - sejam professores, alunos ou funcionários. Por isso é imperiosa a efusiva manifestação deste Poder Legislativo na ocasião festiva.

Na instituição estudaram a jovem Regina Fischer, hoje senhora do Governador Orlando Pessuti e o atual jurista e acadêmico Renê Ariel Dotti, já Secretário da Cultura do nosso Estado. Sejam as congratulações comunicadas à ilustre professora diretora Alzimeire Figueiredo, ao ilustre professor Marco Antônio Pelike - organizador dos festejos.

As congratulações deverão ser comunicadas à professora diretora Alzimeire Figueiredo e ao professor organizador dos festejos Marco Antônio Pelike.

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 422/10

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública estadual a Associação Natureza Educativa, com sede e foro no Município de Quarto Centenário - Estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 05/10/10.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei tem por objetivo considerar de utilidade pública estadual a Associação Natureza Educativa, com sede na rodovia PR-317 - zona rural - Município de Quarto Centenário - Estado do Paraná.

Trata-se de uma entidade, de interesse público, que atua na orientação das condições sociais, ambientais, econômicas, sanitárias do Município.

Diante do exposto, contamos com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 423/10

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica denominada Rodovia Affonso Franco de Souza a rodovia estadual PR-090, no trecho do entroncamento com a PR-153, na localidade do Lajeado ao Distrito de Abapan.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 05/10/10.

(a) JOCELITO CANTO

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei tem por objetivo homenagear um dos pioneiros da colonização do interior paranaense, mais especificamente dos Campos Gerais. Affonso Franco de Souza nasceu em Castro, no dia 19/07/31.

Industrial do ramo de extração de cal, foi Vereador em Castro por três mandatos, de 1968 a 1972; 1972 a 1976 e 1976 a 1982, onde trabalhou de forma intensa na defesa dos interesses do Distrito do Abapan, tais como abertura e asfaltamento de estradas, escolas e postos de saúde.

Dentre tantas lutas, destacou-se a reivindicação pelo asfaltamento da Estrada do Cerne, PR-090, que liga Curitiba a Piraí do Sul, razão pela qual, a presente proposição se justifica.

Seu Affonso, como era carinhosamente chamado, faleceu em 08/03/06. Foi bom marido, pai carinhoso e muito contribuiu para o desenvolvimento do Município que representou na Câmara de Vereadores.

PROJETO DE LEI Nº 424/10

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarado o Município de Campo Largo como Capital da Louça e Porcelana de Mesa e da Cerâmica do Estado do Paraná.

Parágrafo Único. A denominação de que trata o *caput* do artigo 1º, será referencial de identidade do Município de Campo Largo para a captação de recursos

ou investimentos referentes à porcelana de mesa, à cerâmica e à louça.

Art. 2º A partir da publicação desta lei, o Município de Campo Largo passará a integrar como Capital da Louça e Porcelana de Mesa e da Cerâmica, no calendário Oficial de Eventos Industriais, Comerciais e Turísticos do Estado do Paraná.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 05/10/10.

(a) STEPHANES JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Campo Largo possui atualmente mais de 35 indústrias no ramo de cerâmica e porcelana, as quais empregam mais de 5.500 trabalhadores.

O Município produz mais de 90% de toda a porcelana de mesa fabricada no Brasil e 50% da cerâmica industrial, além de cerca de 30% da cerâmica branca de mesa. Estão instaladas no Município, duas das maiores indústrias do setor, a Germer e a Porcelanas Schmidt.

Realizada pela primeira vez em 1991, debaixo de uma lona de circo, no centro da Cidade, a Feira da Louça cresceu, transformando-se num evento nacional, o mais importante de Campo Largo. É uma importante oportunidade para o contato direto entre o produtor de louça, cerâmica e porcelana, e o consumidor.

Com o constante e acentuado fator de crescimento do setor da porcelana e cerâmica, está consolidada a realização anual da Feira Nacional da Louça no Município de Colombo e, pela amplitude alcançada pela mesma em todo o Brasil.

Isto posto, solicito aos nobres Pares desta Casa de Leis o pleno apoio à matéria aqui elencada, fato este que auxiliará ainda mais a divulgação, e o fomento, corroborando para o crescimento e o desenvolvimento do Município de Campo Largo que já é destaque no Estado do Paraná

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Deputado Reni Pereira.

Deputado Reni Pereira (PSB)

O SR. RENI PEREIRA

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Subo a esta tribuna até para comentar um pouco do resultado, em especial para falar da Região Oeste, cumprimentar a população de Cascavel pela histórica eleição de cinco representantes para a Câmara Federal e quatro para esta Assembleia Legislativa.

Ao mesmo tempo quero lamentar o resultado em relação à representatividade do extremo Oeste. Nós aler-

távamos isso durante a campanha que poderia ser uma autofagia e proliferação de candidatos, e o resultado das urnas se confirmou.

Nós da região de Medianeira abaixo, de Itaipulândia a Missal éramos em três Deputados: Chico Noroeste, Dobrandino e eu, e acabamos reduzindo a representatividade dessa região apenas à minha pessoa, que acabei retornando na reeleição.

Ao mesmo tempo que gostaria de comemorar euforicamente essa reeleição, lastimo, porque sabemos que mesmo com as diferenças eleitorais, com as divergências locais e adversidades, aqui nesta Casa, quando os interesses são de uma região, os Deputados se somam. Nunca houve essa mediocridade, pelo menos deste Parlamento, nunca percebi dos Deputados da região.

Infelizmente o resultado das urnas confirmou isso e, para evitar especulações, quero neste momento pedir licença à população do Paraná e me dirigir em especial à população de Foz do Iguaçu que assiste à programação da TV SINAL. Muitos companheiros meus de coligação não entenderam o ato que fiz no dia de ontem, e não vim para esta Casa ontem, justamente para tranquilizar a população do extremo Oeste, já que naquela região de Medianeira para baixo, ficando como único representante, e todos os Prefeitos da região apoiaram também o candidato a Governador que foi derrotado nas urnas pelo candidato que nós apoiávamos, Beto Richa.

Justamente para sinalizar que não haveria política mesquinha, visitei ontem o Prefeito de Foz do Iguaçu, que era meu adversário e continuará sendo, mas acima de tudo temos que ter a altivez do cargo e a responsabilidade institucional.

Fui tranquilizar e, no que depender de mim, tenho certeza, no que depender do Governador eleito, as divergências políticas e partidárias serão relegadas a segundo plano, porque temos que trabalhar pela Região Oeste e pelo Paraná como um todo, independente do apoio ou da posição político-partidária durante o período eleitoral.

Quero esclarecer principalmente àquelas pessoas que não entenderam esse gesto de minha parte de visitar o Prefeito. É o mínimo que tenho que fazer em respeito à população de Foz do Iguaçu e da região. Porque mesmo aqueles que votaram em outros candidatos têm o seu direito de representatividade. E como a região elegeu, tenho por obrigação ser o representante, mesmo daqueles que não votaram na minha pessoa. É o mínimo que tenho que fazer, em respeito ao cargo e aos eleitores que me deram esta condição aqui na Assembleia. Então, é o mínimo, e vejo o Deputado Dobrandino da Silva na Mesa, em respeito às pessoas que votaram no seu filho, Sâmis da Silva, que votaram na candidata do Prefeito, que era a Nancy Rafagnin Andreola, é de estender a mão e dizer que estarei aqui representando os interesses da região.

Quero esclarecer que não se trata de nenhum acordo, mas sim de um gesto institucional, para dizer que esta Deputado vai representar todos os eleitores

daquela região e torcer para que, na próxima eleição, esta autofagia que verificamos nesta eleição, da proliferação de candidatos na nossa região, que permitiu com que não reelegêssemos os três representantes que tínhamos, independente de quem viesse para esta Casa, e também não elegemos nenhum Deputado Federal de Foz do Iguaçu com residência naquele Município. Temos um Deputado que se reelegeu, que tem domicílio eleitoral. Mas, vou trabalhar nestes quatro anos para que esta autofagia verificada nestas eleições não aconteça na eleição seguinte, porque sabemos, e até uso o termo “eu sou gremista”, mas na Copa do Mundo de Clubes vou torcer pelo Internacional, porque mesmo sendo adversário, é ele quem representará o Brasil no Mundial de Clubes.

É esta maturidade política, com “P” maiúsculo, que temos que entender. Independente de ser ou não adversário, o interessante seria manter nesta Casa no mínimo os três representantes que tínhamos da Cidade de Foz do Iguaçu e da região do extremo Oeste.

Então, ao mesmo tempo em que fico feliz, não comemoro, porque fico triste em relação à região e me comprometi em representar a todos os eleitores, mesmo aqueles que não votaram na minha pessoa.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Deixo esta mensagem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Concedemos a palavra ao próximo orador inscrito, Deputado Antonio Belinati.

Deputado Antonio Belinati (PP)

O SR. ANTONIO BELINATI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, paranaenses que nos dão a honra de acompanhar os trabalhos da Assembleia Legislativa através da Rede MERCOSUL, da TV SINAL e agora através da internet.

Recebo e-mail do Sargento Fernando Gaspski:

É com grande satisfação que venho através deste agradecer, em nome da Polícia Militar e da Polícia Civil do Estado, a todos os senhores e senhoras pela aprovação da PEC nº 064.

Como os senhores devem saber, somos em torno de 40 mil homens, entre PM e PC (ativos e inativos) sem contar com família e amigos, e ansiamos por melhores condições de vida e trabalho em nossas corporações.

Saibam os senhores que contribuindo para a melhoria de vida dos policiais estão contribuindo diretamente para uma melhoria substancial na Segurança Pública de toda a sociedade paranaense. Esperamos agora ansiosamente a regulamentação através da lei, de como se dará a implementação do subsídio em nossas carreiras e suplicamos a V. Exas. que olhem principalmente ao policial de base, ou seja, os Praças na PMPR e os investigadores e escrivães na PC, para que não haja uma diferença injusta entre os menores e os maiores

salários nas corporações (Praças x Oficiais e Investigadores/Escrivães x Delegados).

Obrigado e que Deus abençoe a todos nesta árdua missão de legislar em favor da sociedade paranaense.

Coronel Furquim, que tanto batalhou pela PEC nº 064, estou entendendo que o Fernando, agradecendo por esta luta vitoriosa pela PEC nº 064, ele defende uma coisa lógica e natural que é o Governo do Paraná oferecer boas condições de trabalho aos policiais militares, aos policiais civis, aos bombeiros do Paraná. Diria que também ao servidor público de um modo geral. Se na iniciativa privada a empresa, quando oferece boas condições de trabalho, está mais do que provado que o rendimento do seu quadro de funcionários é excelente, muito bom, isto não é diferente também no serviço público. Quer dizer, o Estado, criando boas condições e trabalho para os policiais militares, civis, e para os servidores de um modo geral, o rendimento dos servidores no trabalho é muito melhor, muito maior. E quem ganha são os policiais, são os servidores e, de um modo geral, a população do nosso Paraná. Daí então eu concordo plenamente com e-mail do Fernando.

Recebo e-mail de João Gualberto Pinheiro Júnior, que diz:

Deputado Belinati, o DETRAN do Paraná, não mais do que de repente, está expedindo notificações de suspensão do direito de dirigir. Tal atitude decorreu conforme informações de funcionários que não querem se identificar temendo represálias, por terem sido encontradas várias caixas com processos sem o devido andamento, muitas caixas com processos antigos jogados em dependências do DETRAN aqui do Paraná. Para não serem chamados de omissos, incompetentes ou até de irresponsáveis no diligenciamento dos processos e, portanto sem fazer a devida triagem para verificar a pertinência da atitude, e igualmente sem a devida análise legal do direito à essa iniciativa foram expedidas 15 mil notificações suspendendo o direito do cidadão de dirigir.

Passa a usar o horário da Liderança do PP

Então, Sr. Presidente, segundo o e-mail do João Gualberto Pinheiro Júnior, o DETRAN teria emitido 15 mil notificações suspendendo o direito de a pessoa de dirigir. E volto a repetir que isso ocorre quando a carteira está cassada. E deduzi por este e-mail que a bronca do cidadão é que o DETRAN está tomando essa iniciativa sem concluir os milhares e milhares de processos que, por força da burocracia ou por até de um maior número de funcionários, o DETRAN não conclui e às vezes está em grau de recurso, e antes mesmo dessa conclusão o DETRAN acaba proibindo a pessoa de dirigir. É uma medida que temos que verificar se estiver, de fato, acontecendo. Se o cidadão cometeu imprudências e infringiu as normas de trânsito, evidentemente que ele tem que ser punido, mas se está corretamente em grau de recurso, não

cabe o DETRAN deixar o recurso empacotado, jogado lá em cima ou amontoado nos depósitos do DETRAN sem concluir se o recurso é procedente ou não, se cabia ou não a punição ao motorista com a perda do direito de dirigir, com a cassação da carteira de motorista.

Não estamos aqui para defender o infrator, aquele que abusa das leis de trânsito colocando em risco a sua vida, a vida da sua família, a vida de amigos e até a vida de estranhos, como tem acontecido, pessoas, às vezes, dirigindo alcoolizadas, em excesso de velocidade, promovendo rachas, até mesmo dentro do perímetro urbano, chegando até um acidente fatal, com inúmeras mortes. Pessoas atropeladas em ponto de ônibus como fruto da irresponsabilidade de alguns motoristas imprudentes.

Estamos apoiando e cobrando do DETRAN se receber algum recurso de motorista que não concorda com a infração anotada, antes de cassar a carteira que conclua o julgamento, para evitar que o próprio DETRAN cometa também abusos.

O DETRAN do Paraná melhorou muito. Ainda hoje fui tirar a segunda vida da minha carteira de habilitação e vi que a estrutura do DETRAN melhorou muito. E ouvi uma atendente dizendo que vai deixar o emprego do DETRAN, pois passou em outro concurso, porque, infelizmente, o DETRAN melhorou muito a sua estrutura, o seu espaço, o atendimento ao público, aumentou até o número de funcionários, mas o salário dos funcionários é muito baixo, está muito aquém do grande serviço que estão prestando ao povo do Paraná. Defendo aqui que os funcionários do DETRAN, como também do Instituto de Identificação, deveriam ser premiados com um salário mais compatível para retribuir esse grande trabalho de amor ao Paraná que eles têm feito, atendendo aos irmãos aqui do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra o Deputado Ney Leprevost.

Deputado Ney Leprevost (PP)

O SR. NEY LEPREVOST

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Ocupo a tribuna na tarde de hoje para cumprimentar todos os colegas que passaram pela difícil missão que é enfrentar uma eleição. Noites sem dormir; dias e dias sem almoçar, longe da família, distante da esposa, dos filhos. Quero parabenizar cada um dos Deputados e Deputadas, os que foram eleitos e também os que não obtiveram êxito da vitória nas urnas, mas que devem considerar-se vitoriosos, porque tiveram a coragem de disputar uma eleição, de dar a sua contribuição para consolidar a democracia no nosso País.

Quero também agradecer as aproximadamente 80 mil pessoas que me honraram com o seu voto. Dizer a essas pessoas que continuarei trabalhando com dedicação, com seriedade, lutando para melhorar a Saúde

Pública no Paraná. Enquanto houver uma só pessoa sofrendo nas filas dos hospitais; uma só pessoa tendo dificuldades para conseguir os medicamentos caríssimos, que muitas vezes o Governo acaba não suprimindo, por falta de vontade política ou de recursos, estaremos lutando para que essas pessoas possam ter acesso à Saúde de qualidade.

De modo especial, agradecer a todos os eleitores na Região Metropolitana, no interior do Paraná, no Litoral do Estado. Mas agradecer em especial a generosidade do povo de Curitiba. É muito bom, gratificante e emocionante ser o mais votado da Cidade em que nasci. Em Curitiba nasci, estudei, me criei, comecei a trabalhar aos 13 anos de idade, como repórter esportivo na equipe do Carneiro Neto. Fui Vereador desta Cidade por três vezes. Aqui vive a minha família, aqui eu vivo e aqui estão muito dos meus familiares e amigos.

Nesta tribuna, utilizando a grande audiência da TV SINAL, dizer o meu muito obrigado à generosa gente de Curitiba, por ter nos dado esta votação tão expressiva. E agradecer a todos do Paraná pelo apoio. Também agradecer ao meu partido, o Progressista, tão bem liderado nesta Casa ao longo de quatro anos pelo Deputado Duílio Genari. Tenho certeza que em janeiro, Deputado Duílio, o senhor continuará conosco aqui na Assembleia Legislativa. Particularmente, farei todos os esforços que estiverem ao meu alcance para que isso aconteça. Conte comigo. Precisamos da sua sabedoria, experiência, maturidade e, acima de tudo, do seu companheirismo e lealdade liderando a nossa bancada aqui na Assembleia.

Cumprimentar a Deputada Cida Borghetti, minha companheira de partido, pela votação surpreendente para alguns e para mim não. Eu já imaginava que ela fosse um fenômeno eleitoral e fiquei muito satisfeito. Deputada Cida, parabéns pela sua votação.

Quero também parabenizar o Ricardo Barros, que embora não eleito, o considero um vitorioso nessa campanha. Como considero também vitorioso o Gustavo Fruet. Acredito que os dois candidatos a Senador da nossa coligação fizeram um belo trabalho e consolidaram a sua liderança no Paraná. Tenho muito orgulho de fazer parte do mesmo partido que o Ricardo Barros, porque ele é um dos homens mais trabalhadores que conheço. Tenho certeza que ele irá contribuir muito ainda para o Estado do Paraná.

Parabenizar o Deputado Belinati pela luta e dedicação. Dizer que é uma honra ser seu companheiro de partido aqui na Assembleia Legislativa.

Passa a usar o horário da Liderança do PP

Aproveitar o ensejo para cumprimentar o Governador eleito do Paraná, nosso companheiro Beto Richa. Venho votando no Beto Richa desde que ele é candidato a Deputado Estadual. Votei nele nas duas vezes em que foi vice do Cássio Taniguchi. Votei e fiz campanha para o

Beto quando ele concorreu a Governador do Paraná, e o Requião, na ocasião, foi o vitorioso. Fiz a campanha e votei no Beto para Prefeito de Curitiba nas duas vezes em que foi vitorioso. Nesta campanha, em todos os momentos pedi votos para o Beto Richa, por acreditar que ele está preparado para ser um grande Governador, por acreditar que ele é uma pessoa que tem equilíbrio, é um homem sensato, está rodeado por uma equipe de pessoas competentes; foi por 10 vezes apontado o melhor Prefeito de Curitiba e com toda certeza, a partir de janeiro de 2011, o Beto Richa colocará toda sua energia, dedicação, entusiasmo, inteligência, criatividade, a serviço da construção de um novo Paraná.

Precisamos, sem dúvida alguma, repensar a regulamentação das pesquisas eleitorais no nosso País. O que se viu nas vésperas da eleição foi um erro brutal, principalmente da pesquisa IBOPE que dava um empate entre o Beto Richa e o Osmar Dias e dava uma vitória para o Senado do Requião com mais de 20% de diferença acima dos candidatos Gustavo Fruet e Ricardo Barros. A diferença nas urnas foi diferente. Não sei se a metodologia das pesquisas está equivocada, se houve uma mercantilização de resultados, mas algum problema está acontecendo com as pesquisas eleitorais no nosso País. Temos que cobrar dos legisladores federais uma postura firme para regulamentar as pesquisas, porque isto, infelizmente, influencia muito na motivação das equipes de campanha e acaba prejudicando eleições que poderiam ser vitoriosas e que acabam, determinados candidatos, sendo derrotados pela onda que se cria através das pesquisas eleitorais.

O meu principal motivo para me pronunciar hoje era mesmo para parabenizar todas as Deputadas e todos os Deputados por participarem do jogo democrático. Agradecer os votos recebidos, confesso que fiz uma votação muito maior do que eu esperava. A minha expectativa era ter cerca de 60, 65 mil votos e chegamos a 80 mil. Fico muito agradecido ao povo do Paraná por ser o Deputado mais votado da coligação que elegeu o Governador do Estado, Beto Richa. Estarei aqui trabalhando com muita humildade. Estarei sempre calçado das sandálias da humildade para ajudar o Paraná, para dar a minha modesta contribuição e para colaborar também com esta Casa, que vem fazendo mudanças importantes.

Concedo aparte ao Deputado Belinati.

O Sr. Antonio Belinati (PP)

Parabéns, Deputado Ney Leprevost. Mais uma vez V. Exa. fez uma super votação, merecida. Dotado de grande inteligência e tem cumprido com dignidade o seu mandato.

E registrar a presença entre nós do Ricardo Barros, que fez mais de 2 milhões de votos para o Senado da República. Sozinho, com uma estrutura insignificante. Sozinho em termos de estrutura, mas com calor humano, com apoio do povo do Paraná, foi a grande estrela dessa eleição com a votação que conseguiu do povo do Paraná.

O SR. NEY LEPREVOST (PP)

Obrigado, Deputado Belinati. Conforme eu dizia no início do pronunciamento, a grande marca do Ricardo Barros é que ele é um trabalhador incansável. Considero o Ricardo Barros um grande vitorioso nesta eleição.

Presidente Nelson Justus, obrigado pela benevolência do tempo e parabéns também pela sua eleição.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra o Deputado Tadeu Veneri.

Deputado Tadeu Veneri (PT)

O SR. TADEU VENERI

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Ontem já fazíamos alguma menção do que nos espera nessas próximas semanas e eu gostaria hoje de continuar, Deputado Belinati, porque V. Exa. lembra que ontem havíamos tocado em alguns temas, principalmente na questão da Defensoria Pública, que me parece, falamos com o Governador agora na hora do almoço, o Governador deve mandar esse projeto finalmente, Deputado Caíto Quintana, V. Exa. que preside neste momento a Assembleia, o Governador Orlando Pessuti se manifestou no sentido de mandar este projeto até o final desta semana aqui para a Assembleia Legislativa.

E fiz também hoje uma pergunta ao Governador, até por uma questão de responder a algumas pessoas que vêm me perguntando se a lei que aprovamos aqui, a Lei da Transparência, se está em vigor ou não, e o Governador havia me informado na manhã de hoje que ainda não havia recebido. Conversei com o Presidente Nelson Justus, que me informou também que por conta daqueles dias que estivemos em recesso, um recesso feito informalmente, que esse projeto não foi assinado.

Agora, é claro que esperamos que esse projeto, aprovado aqui, seja assinado nesta semana e seja remetido para o Governador ainda esta semana - faríamos as duas coisas juntas, ou seja, vamos receber o projeto da Defensoria aqui na Assembleia Legislativa, e aí teremos um prazo para votá-lo e levá-lo à CCJ, que não será antes do dia 19, o Presidente da CCJ que está aqui sabe que só teremos CCJ no próximo dia 18 não teremos no dia 11, o dia 11 antecede, segunda-feira, e dia 12, terça-feira, são dois dias que praticamente não teremos Sessão, mas espero que tenhamos aqui o projeto da Defensoria, mas mais do que isto, que tenhamos até o final de semana já remetido também para a Casa Civil, e aí posteriormente ao Governador, para que possa sancionar o Projeto de Lei nº 235/10, que é o projeto que votamos aqui e que foi entregue pela OAB em junho, foi votado aqui e aprovado, se não estou enganado, no dia 28 de agosto e aí só depende mesmo da assinatura do Presidente para que seja remetido.

Como já falei, havia comentado isso com o Presidente Nelson Justus e, segundo ele, está com um funcio-

nário da Casa para que seja remetido formalmente ao Palácio Iguazu.

Faço questão de usar o horário do Pequeno Expediente para fazer este registro, porque demos um passo extremamente importante ao votarmos o Projeto da Transparência e esse projeto teve dois votos contrários, senão teria sido por unanimidade. Esse projeto muda radicalmente as relações entre a Assembleia Legislativa e os demais Poderes no que diz respeito à transparência de seus atos, Deputado Caíto Quintana. Esse projeto espero que possa ser assinado pelo Governador ainda na primeira quinzena de outubro. Por que digo ainda na primeira quinzena de outubro? Até para que ele possa produzir seus efeitos ano que vem e mais do que isto, para que também aqueles Deputados que já se manifestaram contrários e que disseram que terão, talvez, condições, se juridicamente isso for possível, entrar com a Ação Direta de Inconstitucionalidade, inquestionável, porque é um direito, possam fazê-lo para que definitivamente possamos dirimir qualquer dúvida a partir desse questionamento sobre o projeto que votamos aqui.

Pessoalmente, não tenho a menor dúvida que esse é um processo que deve acontecer, que deve mudar as relações e que irá ser assinado pelo Governador.

Então, faço aqui um apelo, já fiz ao Presidente e certamente será remetido, mas faço mais uma vez um apelo publicamente para que este projeto seja remetido ao Governador ainda nesta semana, para que possa assinar, possa nos remeter e possamos finalmente, após a divulgação, começar a fazer a cobrança daqueles que devem fazer por onde tenhamos total transparência nos atos da Assembleia Legislativa, Tribunal de Contas, Ministério Público, Poder Executivo e Poder Judiciário.

Foi um esforço muito grande da sociedade, um esforço que ainda não está concluso, posto que ainda temos outras etapas neste processo que foi iniciado há anos atrás e ficou mais evidente meses atrás, mas queremos ter as respostas.

Há alguns pedidos feitos pelo Deputado Jocelito e por mim, que vamos cobrar também as respostas, porque o processo eleitoral para alguns talvez seja visto como o rio Ganges, que purifica: o processo eleitoral não purifica, é apenas uma passagem entre dois períodos, mas os métodos que utilizamos têm que ser modernizados. Espero que eles possam ser modernizados não só a partir das nossas boas intenções, mas das nossas boas ações!

Sr. Presidente, Srs. Deputados, três processos que espero que sejam, ainda este ano concluídos: o projeto da Defensoria, o da Transparência e o projeto que prevê o fim da reeleição da Mesa Diretora. Estes acho que são pontos importantes para que possamos reiniciar na próxima legislatura, já em outro patamar, um outro debate com a sociedade.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Caíto Quintana**)

Ainda no Pequeno Expediente, Deputado Elio Rusch.

Deputado Elio Rusch (DEM)

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

É momento de reflexão no que diz respeito às eleições, no que diz respeito àquilo que foi divulgado durante o período eleitoral, mesmo antes, e reflexão que cada pessoa e cada eleitor deve fazer neste momento.

Sr. Presidente, agora peguei a relação dos 54 Deputados que compõem a Casa, destes oito não foram candidatos à reeleição, sobraram então 46 Deputados Estaduais que foram para reeleição; 11 não obtiveram a sua reeleição, 35 foram reeleitos. Se considerarmos 35 desses 54, falta um Deputado para que 2/3 dos Deputados tenham voltado à Assembleia Legislativa. Lógico que o cálculo tem que ser diferente, tem que descontar os oito Deputados Estaduais que não foram candidatos à reeleição, ou deixaram de ser Deputados, como o Deputado Pedro Ivo, que não foi candidato nem a Estadual nem a Federal, e outros Deputados Estaduais que foram candidatos à Câmara Federal. Então, na verdade, o índice da renovação aqui na Assembleia Legislativa ficou abaixo, acho que um dos menores índices de renovação registrados nos últimos tempos aqui na Casa.

Quero parabenizar a todos os 54 Deputados, quem foi e quem não foi candidato à reeleição, dizer que vivemos num regime democrático onde prevalece o direito da maioria dos eleitores. Eles reelegeram os Deputados Estaduais em todas as Assembleias Legislativas da nossa Federação, foram eleitos Governadores já no 1º turno, em outros Estados haverá 2º turno, para Presidência teremos 2º turno.

Mas o que me traz, o principal motivo de ocupar esta tribuna hoje, é dizer para a sociedade do Paraná, e oxalá que toda a sociedade do Brasil pudesse nos ouvir, ou fizesse também uma reflexão em relação aos institutos de pesquisa do nosso País.

Os grandes institutos de pesquisa mais uma vez erraram. Podia plagiar aqui o Senador Osmar Dias, que há quatro anos atrás condenou veementemente os institutos de pesquisa pelo levantamento que foi feito no Estado do Paraná, que derrotou naquela ocasião Osmar Dias, por uma diferença de 5 mil e 300 votos. As pesquisas apontavam bem outro resultado.

Passa a usar o horário da Liderança do DEM

Agora, a nível nacional, o que os institutos de pesquisa têm mostrado nos últimos dias - você que está me assistindo em casa através da TV SINAL - todos os grandes institutos de pesquisa mostraram e diziam que no Brasil teríamos apenas uma eleição e que a eleição seria

decidida no 1º turno, que a candidata a Presidente do PT seria eleita no 1º turno, com uma larga margem de votos. Os grandes institutos de pesquisa, como eu disse, erraram. Erraram feio, mais uma vez, quando apontaram a candidata Dilma como eleita no 1º turno.

Aqui no Estado do Paraná, na véspera da eleição, no sábado, dia 2, quando foi publicada a pesquisa do levantamento feito na sexta e no sábado, no dia 1º e no dia 2, como foi noticiado que havia não um empate técnico, mas um empate entre os dois principais candidatos, 49 a 49 nos votos válidos. Que vergonha! O Beto Richa se elegeu com quase 53% dos votos! Uma diferença de seis, sete pontos sobre o segundo colocado.

E para o Senado da República, o que os institutos de pesquisa mostraram? Mostraram Roberto Requião e Gleisi Hoffmann com mais de 40%, algo em torno de 45%. Mostraram o Gustavo Fruet e o Ricardo Barros abaixo de 20%. Que vergonha! O Gustavo Fruet não foi para o Senado por uma questão mínima de votos. Erraram feio as pesquisas. Será que erraram? O que aconteceu?

Aí que eu digo que cabe uma reflexão. Cabe sim, ao Congresso Nacional repensar as pesquisas eleitorais. Por que publicar pesquisas eleitorais se não dão certo? Por que o eleitor precisa saber das pesquisas? Façam as pesquisas internas, cada um a sua.

Porque o eleitor - Deputado Ricardo Barros, que está aqui presente no plenário - deve votar no Ricardo Barros, não porque ele está na frente, ou porque está no segundo lugar, terceiro ou quarto. Ele deve votar no Ricardo Barros para o Senado pelas suas propostas, que V. Exa. tem feito, e muito bem, as suas propostas para o Senado. Mas, tenho certeza que grande parte dos eleitores do Paraná não votaram em V. Exa., Deputado Ricardo Barros, porque constava em quarto lugar.

As pesquisas mostraram a Gleisi e o Roberto Requião quase com o dobro de votos do Gustavo Fruet. Quando abriram as urnas o que foi constatado?

Por essa razão, espero que os Parlamentares do Paraná, os Deputados e Senadores do nosso Estado revejam essa legislação, revejam a posição das pesquisas eleitorais em relação à divulgação das mesmas. Sabemos quantos eleitores nós contatamos e visitamos no período eleitoral, e eles diziam: "Não quero perder meu voto".

Muitos eleitores, uma boa parte quer votar no candidato que se elege. Isso não é correto. O eleitor tem que votar nos candidatos que têm as melhores propostas, tem que votar consciente, o eleitor precisa votar, sim, de acordo com a sua consciência e naquele candidato que ele acha que pode ser o melhor Presidente da República. Ele quer votar no candidato a Governador que seja o melhor Governador. A mesma coisa acontece com o Senado da República, na Câmara Federal e na Assembleia Legislativa. Aplica-se aos candidatos a Prefeito e também aos Vereadores. As pesquisas, muitas vezes, induzem o eleitor a votar em determinado candidato porque ele está liderando.

É lamentável que isso tenha acontecido. E é só nesta eleição, foi nas últimas eleições aqui no Estado do Paraná e também a Presidente da República a nível nacional.

É lamentável que o Congresso ainda não tenha tomado uma medida em relação às pesquisas eleitorais no nosso Brasil, na divulgação ou na responsabilização desses institutos. Não é possível que se divulgue uma pesquisa na véspera da eleição. Não quero culpar os meios de comunicação, mas sim os institutos de pesquisas. Esses sim têm que ser responsabilizados, porque eles são contratados para mostrar a realidade. Não é possível que, em menos de 24 horas, haja uma diferença de 10% dos eleitores no Brasil em relação ao voto a Presidente. Não é possível que no Estado do Paraná, em menos de 24 horas, haja uma diferença de mais de 15% dos eleitores na preferência do Senado da República. Isso não é possível!

Por essa razão que digo, na Sessão de hoje, a primeira que participo depois das eleições, porque ontem não estive presente, estava no interior do Estado, o primeiro pronunciamento que faço após as eleições chamo a sociedade, a sociedade civil organizada, a todas as entidades que tanto clamo pela moralidade. Espero que esses institutos, essas entidades, os órgãos da imprensa assumam também essa bandeira, para que se reveja a questão das pesquisas eleitorais divulgadas que não refletem a realidade constatada nas urnas.

É isso que tem que ser revisto para que o eleitor não seja enganado ou para que o eleitor não seja induzido a votar a favor desse ou daquele candidato. Eu particularmente, quantas vezes fui indagado: "Mas por que o candidato Beto Richa, a sua coligação, pediu a impugnação das pesquisas?" Eu disse: não sei. Mas se pediram a impugnação e a Justiça impugnou as pesquisas, algum erro aconteceu! Jamais um Juiz, uma Corte, o TRE iria impugnar uma pesquisa se não tivesse irregularidades. Aí nos dá o direito de pensar, é um direito meu de pensar desta forma, como Deputado e como cidadão, porque as pesquisas seriam divulgadas naquela semana que veio o Presidente da República para o Paraná e que ficou dois dias aqui. Qual é o resultado dessa pesquisa? Eu não sei. Será que não era estratégico, efetivamente, do Presidente da República, do PT e do PMDB, aqui no Estado do Paraná, de aproveitar a oportunidade presente do Presidente da República, aproveitar a presença da candidata a Presidência da República, de dizer que chegou o momento da virada, que este seria o compromisso da virada aqui no Estado do Paraná?

Hoje me convenço, também fiquei em dúvida, em por que pedir a impugnação? E hoje chego a triste realidade em concordar, sim, que as pesquisas deveriam ser impugnadas mesmo. Impugnadas não porque alguém pediu. Se elas foram impugnadas é porque houve erro, porque jamais a Justiça iria impugnar uma pesquisa ou impedir a publicação dessa pesquisa se não houvesse irregularidades, ou seja, na metodologia, de uma ou de outra forma.

E se constatou, volto a dizer, que as pesquisas registradas e publicadas não refletem e não refletiram a realidade constatada nas urnas no domingo próximo passado. Não é possível! No meu caso particular, digo eu, Elio Rusch, sou contra a publicação de pesquisa em véspera eleitoral. O eleitor tem que votar no seu candidato a Prefeito, Vereador, por convicção, por si mesmo, e não por indução de uma pesquisa. Acredito que o eleitor tem que votar no candidato a Governador, independente de quantos votos ele faz. Se ele está convicto de que esse é o melhor, ele deve votar nesse, e não pode ser induzido por uma pesquisa.

Por esta razão, espero que o Congresso Nacional reveja algumas questões na Lei Eleitoral. A questão partidária, a questão eleitoral, a questão das pesquisas. Muita coisa “furada” tem que ser mudada no nosso País.

O Sr. Dobrandino da Silva (PMDB)

V. Exa. tem razão no seu comentário com relação a estas pesquisas. Quem não sabe que as duas máquinas, a máquina do Governo do Estado e a máquina poderosa e corrupta do Governo Federal, queriam ganhar a eleição a qualquer custo? É público e notório isto. E digo mais: um dos candidatos ao Senado ficou fora em função da pesquisa, senão talvez o resultado fosse outro. Mas a forma, essas pesquisas em véspera de eleições, com uma diferença dessas na hora em que se abriram as urnas, tem que rever isso! É pura manipulação de quem quer confundir a cabeça do eleitor!

Isto é muito feio. É nojento ver essas pesquisas quando alguém está manipulando. E infelizmente sabemos quem está por trás disto: os poderosos do Paraná e do Brasil, querendo, a qualquer custo, ganhar as eleições. Como disse Boris Casoy: “Foi uma vergonha!” Expuseram, Presidente, olha, o próprio candidato à Oposição ao Beto Richa! E quero parabenizar o Beto Richa que ganhou contra tudo e contra todos. E digo mais: o povo não é bobo, não! Chegou a dizer, um dos candidatos, que tinha que votar no Brasil do Lula. Mas que Brasil do Lula é este? Não dá mais para assistir a este tipo de política!

Muito obrigado.

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Agradeço, Deputado Dobrandino da Silva.

Esperamos, sinceramente, que o Congresso Nacional, volto a dizer, reveja algumas posições. Principalmente na questão partidária tem que existir uma lei que limite o número de partidos no nosso Brasil. Tem que existir uma legislação que proíba as coligações nas proporcionais, num primeiro momento, tem que ter cláusula de barreira no nosso Brasil. O Congresso Nacional não pode dizer que tem dois ou três partidos, no Brasil, mas pode legislar em cláusula de barreira. O partido que não atingir 5% ou 10% no Congresso Nacional tem que ser extinto. Não é possível! Esses partidos depois têm o

único objetivo de ficar negociando, tanto a nível nacional, estadual e municipal.

Com todo o respeito que temos, somos democráticos e respeitamos a decisão da maioria, mas não podemos nos calar diante das barbaridades e absurdos que vemos acontecerem na política e principalmente nessa questão da pesquisa eleitoral.

Concedo um aparte ao Deputado Tadeu Veneri.

O Sr. Tadeu Veneri (PT)

Deputado Elio Rusch, não vou tomar o seu tempo e nem entrar no debate a respeito das pesquisas, porque acho que esse seria um tema para fazermos um debate com mais tempo, até porque as pesquisas, por questões legais, se forem cumprir à risca aquilo que diz a legislação, ou seja, que todos os candidatos inscritos têm que ser comparados em um eventual 2º turno, não teríamos mais pesquisas no Brasil. Imagine o senhor se fôssemos colocar o Eymael, candidato a Presidente da República, em todas as pesquisas perguntando se seria votado ele ou o Serra, ele ou a Dilma, ele ou a Marina. Aí não teríamos mais pesquisas! Mas esse é um outro assunto.

Quero aproveitar a oportunidade do aparte e concordar com relação à necessidade de uma reforma política, sendo que concordo com todos os pontos que V. Exa. coloca, sendo que para mim dois pontos são fundamentais: o voto deixar de ser obrigatório, ou seja, o voto é um direito mas não é uma obrigação, e limitarmos a reeleição. Poderíamos ter uma reeleição para todos os cargos, de Vereador a Presidente da República, e acabaríamos talvez com um processo que algumas vezes leva de 30 a 40 anos para ser modificado.

Obrigado pelo aparte.

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Obrigado, Deputado Tadeu Veneri.

Apenas gostaria de agradecer aos Deputados Tadeu e Dobrandino. O Deputado Dobrandino foi muito feliz, porque se não fossem as pesquisas, com toda a certeza o Gustavo Fruet seria hoje Senador eleito do Estado do Paraná. Não é possível que um instituto de pesquisa venha errar da forma como errou, vergonhosamente, na pesquisa divulgada 24 horas antes do pleito e feito o levantamento no sábado. Isso é vergonhoso! Então, isso me dá o direito de pensar que o Gustavo Fruet foi excluído pela pesquisa e pela opinião pública, pela pesquisa registrada e divulgada no sábado à noite no nosso Estado. É lamentável que isso tenha acontecido! E por essa razão conclamo, mais uma vez, que as pesquisas têm que ser repensadas nas suas divulgações.

Obrigado, Sr. Presidente e Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Último orador inscrito no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Luiz Claudio Romanelli.

Deputado Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados.

Primeiramente gostaria de cumprimentar todos os Srs. e Sras. Parlamentares que passaram por um processo democrático de renovação dos seus mandatos parlamentares, e a grande maioria logrou êxito e outros companheiros, pelas mais diversas razões, especialmente quando envolvida uma base eleitoral pequena, acabaram não conseguindo a reeleição. Mas quero aqui valorizar todos que democraticamente disputaram essas eleições, que na minha avaliação foram as eleições mais difíceis da história deste Parlamento, porque nos últimos seis meses esta Casa e os Parlamentares desta Casa foram manchetes dos principais jornais, e não pelos feitos positivos, por aquilo de bom que esta Casa fez, mas daquilo que, de uma forma muito objetiva, foi motivo de grande questionamento por parte dos eleitores do nosso Estado.

Há de se reconhecer que o povo quer mudanças. O povo quer que nós possamos, revigorados pelo voto, tomar as medidas que são necessárias para sanear de vez o Parlamento e demonstrar para a opinião pública que as mudanças que aqui fizemos não se dão apenas no plano da norma legal, mas da prática que este Legislativo tem que empreender.

Por isso, os Deputados que foram reeleitos, e os novos terão que ter competência política de construir uma agenda positiva de renovação da forma de atuarmos e, ao mesmo tempo, respeitando, é claro, aquilo que é fundamental ao Parlamento, que é a sua história, e garantir os avanços institucionais.

Quero dizer que o novo Governador Beto Richa tem muitos desafios. Conversei com o povo paranaense e o povo quer que possamos investir em algumas prioridades. Nos grandes centros, o maior desafio que tem o Governo é na área da Segurança Pública, indiscutivelmente. O povo quer uma resposta no combate à violência. Por outro lado, no interior do Paraná temos identificado dois problemas graves: o primeiro é na área da Saúde, no atendimento básico e também naquilo que envolve as consultas dos médicos especialistas, dos exames e das cirurgias seletivas. Fazer funcionar bem a Saúde, na minha avaliação, é o maior desafio que o próximo Governo terá, porque o povo espera há meses por uma consulta, por um exame e por uma cirurgia. E essa resposta tem que ser dada.

Temos que reconhecer, um SUS como temos, que funciona com dinheiro público 100%, esse dinheiro público acaba sendo administrado por três esferas de Governo: Federal, Estadual e Municipal, e dentro desse sistema convive com o sistema público, 100% público e o sistema público-privado. E no privado, o que visa lucro e o filantrópico. O filantrópico, o que acontece dentro dele, que são as Santas Casas e outros hospitais? Têm os serviços privados dentro que

atendem convênios, atendem aquilo que é rentável em relação ao dinheiro público que vem do SUS, que vem dos fundos. Mas não posso deixar de reconhecer que, se o Governo trabalhou na estruturação dos hospitais regionais, como em Londrina, como o Zona Norte, o Zona Sul e o HU, as mudanças que foram feitas, é necessário reconhecer que no Norte Pioneiro estamos estadualizando o hospital regional do Norte Pioneiro, em Santo Antônio da Platina. Tivemos uma grande conquista, graças à liderança do Deputado Federal Alex Canziani, que é a construção do hospital regional da UNOP, em Cornélio Procopio, uma luta do Prefeito Amin e dos Prefeitos da nossa região, e que obtivemos uma grande vitória. Quinze milhões de reais, a nossa Senadora eleita Gleisi Hoffmann, junto como Ministro Paulo Bernardo. Uma parte dos 15 milhões foi liberada também para Toledo. Participei da audiência com o Ministro da Saúde. Foi muito importante, porque esses hospitais regionais podem mudar a qualidade do atendimento, da saúde da nossa população.

Passa a usar o horário da Liderança do PMDB

O nosso Governador terá um grande desafio, que é fazer funcionar esse serviço básico de Saúde. Porque ao lado de Municípios onde o sistema está funcionando bem e há exemplos bons, como Cornélio Procopio, onde temos uma saúde básica boa para a população, nos Municípios pequenos, ao lado, não há a mesma qualidade de atendimento. O nosso desafio na área da Saúde é muito grande para poder fazer funcionar esse serviço.

Então, indiscutivelmente, o nosso Governador haverá de ter um impacto com os Prefeitos, para que possamos melhorar muito o atendimento na área da Saúde, tanto aquilo que é de competência do Município, de exigir que ele funcione bem, e também exigir, em relação ao Estado, o cumprimento daquilo que para nós é fundamental, reconhecendo as enormes dificuldades que o Estado tem do ponto de vista orçamentário. Temos que reconhecer que é necessário aumentar as verbas da Saúde.

Penso que os Senadores, que no Senado, por vingança, puderam acabar com a CPMF e que agora o Presidente Lula se empenhou muito em derrotá-los nas eleições e derrotados eles foram, esses certamente devem ter uma grande dor na consciência. Porque percebemos muito bem que o fim da CPMF foi também o fim de recursos importantes para a área de Saúde.

Quem ganhar a eleição, seja a ex-Ministra Dilma ou o ex-Governador José Serra, terá que ir ao Congresso, reconhecer as dificuldades e dizer: “Temos que ter mais dinheiro para a área da Saúde e vincular a aplicação desses recursos para melhorar muito o atendimento à nossa população.”

Concedo um aparte ao Deputado Elton Welter.

O Sr. Elton Welter (PT)

Essa questão da Saúde, existe hoje um planejamento nacional e aqui no Paraná temos alguns exemplos, como as UPAs - Unidades de Pronto-Atendimento, que em Foz do Iguaçu já funciona. Inclusive fui lá visitá-la, no período eleitoral, para saber como funciona. Há um repasse mensal para o Município e funciona 24 horas por dia, para resolver, se as pessoas que tiverem que ser encaminhadas para internamento vão para outra clínica especializada, que é credenciada ao SUS. Essas UPAs são para ser construídas em todos os Municípios que tenham até 50 mil habitantes, ou em Cidades-polo, que no entorno dá 50 mil habitantes. Certamente os encaminhamentos serão mais rápidos, porque essas UPAs serão todas integradas ao SAMU - Serviço Móvel de Urgência.

Existe todo um planejamento nacional para beneficiar a Saúde Pública de todos os Entes Federados. Isso foi para todos os programas eleitorais, mas não deu para ver todo o debate da explicação, da importância que isso terá para dar resolutividade e evitar internamentos desnecessários no SUS.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Teremos uma Unidade de Pronto-Atendimento em Cornélio Procopio, em Jacarezinho, que atenderão à nossa região, além das salas de estabilização em diversos Municípios da região. As unidades móveis já estão nos Municípios. É um absurdo que as ambulâncias novas estejam nos Municípios mas não possam circular, porque suas chaves estão em Curitiba. Temos um problema de gestão nesse sistema, porque as ambulâncias estão paralisadas e falta ambulância para transportar o povo.

A verdade é que teremos que tomar as medidas, Deputado Valdir Rossoni, V. Exa. como Presidente do PSDB. Não tenho dúvida do seguinte: o Governo terá que tomar algumas medidas de emergência nesta hora. A indignação do povo em relação à questão da Saúde é muito grande. Temos que dar a resposta. Sou muito favorável que o Governo não precisa contratar mais ninguém na área da Segurança Pública. Alguns vão falar: "Precisa contratar mais 5, mais 10 mil policiais". Vamos contratar, na verdade, as pessoas para trabalharem no sistema de Saúde. Vamos fazer o sistema de Saúde funcionar bem.

O desafio nosso é gerar mais empregos. Temos que reconhecer, o nosso povo precisa de emprego e temos que criar mecanismos para poder, de fato, gerar mais empregos.

Dou um exemplo, Deputado Douglas: na sua região tem poucas usinas de álcool. Temos 200 mil trabalhadores vivendo do corte da cana. Só no Norte Pioneiro são seis usinas de álcool. Essas seis usinas dão emprego para 15 mil trabalhadores rurais. Esses trabalhadores têm um contrato de sete meses por ano. Mas, o que vai acontecer? Em 2014, por questões ambientais, encerra-se o ciclo da queima da lavoura de cana, acaba o corte manual, e cada colheitadeira de cana custa em torno de R\$ 1 milhão. Cada máquina desemprega 80 trabalhado-

res, no mínimo. Esses trabalhadores não têm o que fazer. Temos que gerar emprego urgentemente nessas Cidades, porque vivemos um caos social. E são 200 mil no total, no Paraná, que vivem do trabalho manual do corte da cana. Terra Rica, outras Cidades do Noroeste, bem como as Cidades do Norte Pioneiro na região de Jacarezinho, Cambará, Abatiá, que tem muitos trabalhadores vivendo exclusivamente do corte da cana.

A geração de emprego do nosso Estado no interior é um grande desafio. O novo Governo tem que, de fato, desconcentrar o crescimento do Estado em termos de geração de empregos. Nós aqui, por exemplo, tomamos uma medida muito importante que foi a questão em apoio à indústria do vestuário, quando criamos uma mobilização, o crédito presumido do ICMS que garantiu a permanência dos empregos.

Temos que saber o seguinte: ou vamos ter a competência de gerar empregos ou vamos ampliar ainda mais o caos social. Os desafios que temos para o próximo Governo são muito grandes e certamente, quem foi eleito, não foi para ser feliz, foi para realizar uma missão. Tenho certeza absoluta que esta Casa terá que debater esse tema e fazer com que o próximo Governo tenha a estabilidade, o apoio necessário para poder governar o Estado voltado para essas grandes verdades que identifiquei, da Saúde, geração de empregos, e continuar, é claro, os grandes investimentos que estamos fazendo na área da Educação, que são absolutamente fundamentais.

Para concluir, a Ministra Dilma poderia vir ao Paraná, como poderia vir o José Serra, e assumir o compromisso conosco de federalizar, por ano, uma a uma as universidades estaduais e nos dar mais R\$ 1 bilhão e 700 milhões por ano, para investir na educação básica, para fazer com que todo jovem possa concluir o ensino médio com cursos profissionalizantes. São desafios que o próximo Governo tem, tanto Federal como Estadual, e temos que trabalhar para poder viabilizar tudo isso.

Obrigado, Sr. Presidente.

Grande Expediente:**O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)**

Com a palavra, no Grande Expediente, Deputado Douglas Fabrício.

Deputado Douglas Fabrício (PPS)**O SR. DOUGLAS FABRÍCIO**

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Quero aproveitar este horário do Grande Expediente para, como encerrou a campanha, Srs. Deputados, aproveitar para agradecer muito as pessoas que me ajudaram nessa campanha, uma campanha bastante concorrida, tinha mais de 640 candidatos a Deputado Estadual no Paraná inteiro, fazendo campanha em todas as regiões do Estado, e graças a Deus e às pessoas conseguimos ter 37 mil 291 votos, que nos possibilitaram a reeleição para

continuarmos nosso trabalho aqui na Assembleia Legislativa.

Os nossos projetos, tem alguns aqui ainda em andamento, e esperamos que a Assembleia Legislativa ainda possa, até o final deste ano, aprovar esses projetos e que possamos mandar ao Governador para que sancione.

Claro que como eu fiquei aqui este período todo na Oposição, foi isto que me deu força para a reeleição, porque com a firmeza do nosso trabalho aqui na Assembleia Legislativa, fazendo muito claramente o papel de Oposição ao Governo do Requião, que mostrou que não foi aquela maravilha não, tanto é que eu e o Marcelo Rangel, Deputados do PPS, fomos firmes na Oposição, estamos reeleitos - aqueles que não foram firmes na Oposição no PPS não conseguiram a reeleição - isto demonstra realmente a postura do nosso jeito de fazer política. Quando é sim é sim, quando é não é não.

O próprio Requião se elegeu Senador apurado, para quem já tinha vários mandatos de Governo, e terminou o Governo dizendo que estava às mil maravilhas, como foi dito ainda há pouco pelo Deputado Romanelli. Não é bem isto não. Elegeu-se apurado, quase perdendo a eleição para o Gustavo Fruet que, embora seja um Deputado Federal brilhante na Câmara Federal, ele ainda é muito desconhecido no interior do Estado. O fato de o Gustavo ser desconhecido também acabou pesando para que ele não chegasse a vencer o Requião, porque nas pesquisas que atrapalharam muito, já foi falado aqui das pesquisas, também concordo que esta história de ficar fazendo essas pesquisas de araque e enganando a população tem que ser proibido. Não dá para imaginar que fiquem soltando pesquisas próximas às eleições que dizem inverdades, que quando abrem as urnas dá resultado totalmente diferente do que estão dizendo. Então, tem que realmente proibir essas pesquisas que ficam enganando a população.

Mas, no nosso caso especificamente, do nosso mandato, assumimos o compromisso com a população de defender a ética, a transparência, defender aquilo que a população mais espera de um político...

A Sra. Rosane Ferreira (PV)

Permite um aparte, Deputado?

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

Pois não, Deputada Rosane, já aproveito para parabenizá-la pelo novo mandato, agora na Câmara Federal.

A Sra. Rosane Ferreira (PV)

Muito obrigado, Deputado Douglas Fabrício, eu também o parabeno pela sua reeleição, parabéns para o senhor e parabéns pela conduta e postura que o senhor sempre manteve nesta Casa.

Mas quero me somar ao seu pronunciamento com relação às pesquisas eleitorais. As pessoas que me seguem no twitter sabem que há mais ou menos uns dois meses, no primeiro terço da nossa campanha eleitoral eu

já postei uma mensagem falando sobre a candidatura da nossa Senadora Marina Silva e a diferença do que as pesquisas mostravam e do que nós vínhamos encontrando em todas as ruas, os lugares onde fazíamos campanhas. Ouvíamos o povo dizendo que iria votar na Marina e desde aquele momento eu achava que a Marina já tinha 15% e nós não passávamos dos nove, dos oito. Quer dizer, isso segurou muito a campanha da Senadora Marina Silva. Eu colocava que os números não condiziam com o que ouvíamos nas ruas.

Também concordo que a pesquisa induz, ainda existe esta questão muito forte na população que acha que para não perder o voto o candidato tem que necessariamente se eleger, e na verdade não é isto. Perdemos o voto quando fazemos a escolha errada. Mesmo quando ele ganha e se elege nós perdemos o voto quando o candidato não corresponde às nossas expectativas. Concordo com o senhor, alguma coisa terá que ser revista em relação a todas as pesquisas, e quero que fique registrado nesta Casa que Marina Silva foi muito prejudicada pela forma que foram divulgadas as pesquisas. Nós constávamos o tempo todo o crescimento dela e isso não se traduzia em percentual, no final é que apareceram os números.

Obrigada.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

Obrigado Deputada. Realmente esta história de pesquisas eleitorais tem prejudicado os candidatos. Então, tem que fazer de forma séria ou proibir o que está sendo feito. Virou um negócio para alguns institutos fazer pesquisa eleitoral enganando a população.

Eu falava aqui da nossa maneira de trabalhar na Assembleia Legislativa, nossa postura foi que nos deu crédito para poder buscar apoio da população. Tivemos mais votos nesta eleição do que na outra, aumentamos 26% o número de votos nessa eleição, de 29 mil 553 passamos para 37 mil 291 votos. Lembramos que nosso estilo de campanha sempre foi muito simples, campanha de visita aos Municípios, de pequenas reuniões e muitas delas até visitando os funcionários e comerciantes, visitando os sítios e as propriedades rurais para poder conversar com as pessoas. Muitos dos votos foram realmente conquistados um a um, é o nosso jeito de fazer política! Nosso tempo no rádio e na televisão é muito pequeno, aparecia lá de vez em quando, não dava tempo nem para falar.

Quero aproveitar para agradecer a cada pessoa, principalmente de Campo Mourão, que me deu uma votação ainda maior do que da outra vez, enfrentando a máquina do Governo que jogou sujo, infelizmente jogaram sujo, muito sujo, o Governo Estadual que está aí contra os candidatos da Oposição. O Governo Municipal também em Campo Mourão jogou sujo, aproveitando uma chuva de pedra que caiu lá e destelhou mais de 3 mil casas. Usaram isso contra os candidatos da Oposição, contra o Beto Richa, o Rubens Bueno e o Douglas Fabrício.

cio. O povo ainda assim nos ajudou e fizemos mais votos ainda em Campo Mourão do que da outra vez. Em mais de 200 Municípios fizemos votos, na eleição passada foi em aproximadamente 150; isso demonstra que quando se tem coerência, quando se trabalha com seriedade, quando se respeita o povo não é preciso gastar milhões e fortunas em campanhas eleitorais, basta ter coerência. Lá atrás, quando me elegi, e neste mandato que estou me elegi na Oposição e fui firme aqui na Oposição até o final.

Por isso, quero agradecer a cada pessoa de cada Cidade do Paraná que nos ajudou. Curitiba foi a segunda Cidade em que mais tive votos, isto mostrando que muitas pessoas aqui em Curitiba assistem o trabalho da Assembleia, seja através da TV SINAL, da imprensa, e isso facilita para quem faz um bom trabalho aqui. Por isso que tivemos uma boa votação em Curitiba, porque perceberam e acompanharam os nossos trabalhos.

Agora vem o novo mandato, que é de compromisso com a população. Apoiei o Beto Richa e ele ganhou a eleição no 1º turno, também enfrentando a máquina do Governo Federal, do Governo Estadual e de Governos Municipais aos horrores.

Deputado Rossoni, na minha região fizemos várias reuniões pedindo votos para Prefeitos. Eu não tive apoio de Prefeitos. Os Prefeitos tinham lá os seus compromissos, e respeito. Alguns até ajudaram um pouco, mas não fui um candidato do Prefeito. Porque quando o Prefeito entra para valer numa campanha de um Deputado, faz muitos votos. Basta ver aqui, Deputados que tiveram apoio de Prefeitos fizeram muitos votos. Agora, teve Prefeito que começou de um jeito lá na minha região, quando começou a aparecer na pesquisa o Beto Richa diminuindo, essas pesquisas mentirosas, aí o Prefeito mudava de lado, ou recebia uma ligação aqui do Palácio com ameaças, o que fez vários Prefeitos mudarem de lado.

Então, esse Palácio aqui antes do Beto Richa chegar lá, tem que pedir para um Padre benzer, um Pastor fazer umas orações, para poder dar uma limpada, porque o que tem de sacanagem na politicagem ali nesse Palácio não é brincadeira! Ameaças a Prefeitos, ameaças a lideranças no Paraná. Fizem isso em todos os Municípios. Nós que éramos aqui Oposição para valer sofremos na pele nesta campanha. Chegaram a inventar mentiras! Na nossa região é impressionante o que trabalharam contra. Não queriam mais que o Douglas voltasse aqui para a Assembleia, os poderosos. Mas o povo quis. O povo fez com que retornássemos para cá para continuarmos o nosso trabalho, com seriedade, com respeito pela população, e continuar do mesmo jeito, simples, humilde, mas com firmeza apoiar o Beto Richa aqui nos bons projetos, mas também cobrar do Beto Richa aqueles projetos que de repente a população não concorda.

Com o aparte o Deputado Elio Rusch.

O Sr. Elio Rusch (DEM)

Quero parabenizar pelo seu pronunciamento. Estive na tribuna antes e V. Exa. me faz lembrar alguns

fatos que aconteceram, até pitorescos, na nossa região. O Governo do Estado com os Deputados da sua base debaixo do braço, aliados, anunciando a construção e a instalação de hospitais regionais em diversas Cidades no Oeste do Paraná. Faltando oito dias para a eleição, chegando à Cidade de Santa Helena, confirmando um *campus* da UNIOESTE, sem orçamento, sem projeto, sem a devida verba, sem nada. Quer dizer, foram lá em Santa Helena e fizeram um auê. Não existe precisão nenhuma na UNIOESTE.

É importante para quem não acredita naquilo que estou dizendo agora, que ligue para o Reitor da UNIOESTE de Cascavel e pergunte se existe alguma precisão orçamentária, se existe algum projeto para fazer isso aqui. Usaram a estrutura do Governo, a máquina funcionou como nunca funcionou contra o nosso candidato a Governador Beto Richa e em cima dos candidatos do PMDB. Em cima dos candidatos que foram contra nós. Tentaram nos triturar de todas as formas, mas felizmente nós sobrevivemos e o tempo vai contar a verdade, aquilo que aconteceu nesse último pleito.

Parabéns a V. Exa.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

Obrigado, Deputado Elio Rusch. Olha só, para V. Exa. ter uma percepção de como jogou sujo esse povo do poder, na eleição, que na nossa região, como falei da fatalidade da chuva de pedras, usaram isso contra nós.

Imagine, caíram lá pedras durante três, quatro minutos, destelhou mais de 3 mil casas em Campo Mourão. Daí usaram a máquina pública contra, dizendo inclusive que as telhas eram dadas por alguns candidatos e que o outro candidato era contra que as telhas chegassem. Isso fez com que tivéssemos prejuízo eleitoral, enganando a população.

Isso realmente é uma coisa que estou trazendo aqui porque não dá para imaginar. Depois que o Beto Richa ganha aí vão ao rádio e dizem que são amigos do Beto Richa: “Não! Nós somos amigos do Beto Richa”, mas quando é na campanha são inimigos mortais. Por que não fazem uma campanha limpa, de propostas, de discussões, de bons projetos, para o futuro do Paraná?

Vocês me conhecem aqui, vocês sabem que comigo quando é sim é sim, quando é não é não.

Se fizerem errado denuncio mesmo. Campo Mourão tem muitos problemas e vamos, junto com o Beto Richa, procurar ajudar a melhorar.

Além disso é um momento de agradecer a todas as pessoas que nos ajudaram nessa campanha. Muitos dos voluntários, pessoas que puderam entregar o material de propaganda, os voluntários pedindo que acreditassem no nosso trabalho e agora vamos continuar, com força, com saúde, sabendo que a partir do ano que vem teremos novos Deputados aqui e vamos nos somar às ideias dos novos Deputados e todos os bons projetos vamos ajudar a aprovar.

O Paraná precisa de bons projetos, de pessoas de bem.

Tenho certeza que o Governador novo que chegou, o Beto Richa, é um Governador do diálogo, ele vai fazer Audiências Públicas, vai ouvir as pessoas, vai trabalhar para que as pessoas tenham mais respeito do Governador. Que consequentemente, pelo Sr. Governador respeitar mais as pessoas, as pessoas irão respeitar mais o Governador. Vai reinar mais harmonia nas discussões, é claro, mas com certeza quem vai ganhar é o povo do Paraná.

Vamos nos preparar que vem mais uma campanha aí, o 2º turno. Vamos continuar firmes, do jeito que começamos a campanha, do mesmo lado, fazendo com que o nosso candidato, que é o Serra, todo mundo sabe, vença as eleições.

Aqui na Assembleia quero continuar firme representando Campo Mourão, a nossa região, que também elegeu mais uma Deputada, a Marla.

Quero deixar um registro de parabenização e que venha aqui fazer cumprir o seu papel, que o povo lhe deu, para fazer um bom trabalho, e com certeza quem ganha é a região.

A minha dobrada para Federal foi com o Rubens Bueno, ele também se elegeu para Deputado Federal e com certeza vai para a Câmara Federal, vai lutar pelas mudanças que precisam ser feitas e com certeza melhorar a vida dos brasileiros, em especial a dos paranaenses.

Muito obrigado a todos os Deputados que me deram audiência e principalmente às pessoas que nos assistem em suas casas.

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Bloco PSB/PRB/PV; Democratas; PT; PSDB; PDT; PTB/PR.

(Declinam)

Liderança da Oposição.

(Declina)

Liderança do Governo, concedo a palavra ao Sr. Deputado Caíto Quintana.

Liderança do Governo: Deputado Caíto Quintana (PMDB)

O SR. CAÍTO QUINTANA

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Apenas neste dia gostaria, usando a Liderança do Governo, falando pela Liderança do Governo, de transmitir aos Deputados eleitos e não eleitos o reconhecimento do Governo do Estado pelo empenho que os Parlamentares tiveram na condução do processo político no Estado do Paraná.

Se formos avaliar o processo que passamos no nosso Estado, poderemos dizer, com certeza, que foi um dos mais calmos que ocorreram no Brasil.

O processo político devia ser avaliado na sua profundidade. É evidente que precisamos ter um amadurecimento do voto do cidadão. É evidente que devemos, cada vez mais, pregar a conscientização do eleitor na escolha dos seus representantes; é evidente que temos, cada vez mais, que tentar afastar o poderio econômico que se faz presença constante nas nossas eleições.

Gostaria de ver no Brasil um cuidado maior por parte das instituições responsáveis pelo acompanhamento do pleito eleitoral, que elas fizessem um acompanhamento mais de perto, preventivo, contra talvez a pior coisa que existe na política, que é a tentativa, muitas vezes alcançada, da compra de consciências, da compra de voto, da promessa farta, do aliciamento de pessoas para trabalhar. E isto acontece em todas as regiões do nosso Estado, o que, sem dúvida alguma, nos leva a entender e a pensar que haverá que ter uma reformulação no sistema político nacional. Ela passa pelos seus representantes, pelo político, mas ela também passa muito perto e por dentro da decisão do eleitor, que não pode ser uma barreira entre a corrupção, a compra de voto, o benefício momentâneo, é o eleitor brasileiro.

Nosso eleitor precisa, cada vez mais, se conscientizar. Já que estamos falando muito em voto facultativo, significa que vai votar quem quiser votar, quem não quiser não vota. Se partirmos para o voto facultativo, neste momento, com a forma de interpretação do voto do nosso eleitor, seguramente faremos nosso poder econômico falar muito mais alto ainda, porque aqueles que tiverem condição de formar redutos, eles terão mais viabilidade de urna, coisa que a quem não é artista, a quem não é um profissional conhecido, a quem não tem cobertura econômica, a quem não pode gastar em eleição, cada vez mais será mais difícil conquistar o mandato na representação livre do povo paranaense e do povo brasileiro.

O Sr. Ademar Traiano (PSDB)

Deputado Caíto Quintana, V. Exa. está coberto de razão. Presenciamos um pleito eleitoral atípico, totalmente diferente de eleições anteriores. Se não fizermos uma reforma política, se o Congresso Nacional não fizer isso urgentemente, vamos comprometer toda a estrutura, com certeza, democrática, porque o que se presenciou nesta eleição, e V. Exa. sabe, vivemos isso na nossa região, com políticos que até condenaram a atitude dos Parlamentares, usaram dos expedientes que lamentavelmente foram levantados na Casa, muita coisa nada provada, aproveitaram-se disso e com o peso do poder econômico, V. Exa. sabe a quem estou me referindo, na Região Sudoeste do Paraná, acabaram conquistando uma vaga de Deputado Estadual. E infelizmente, muitas vezes, com a Justiça sabendo. Porque Cidade pequena, Municípios pequenos, é público e notório, todos conhecem a capacidade de cada candidato, da estrutura que cada um tem. E às vezes fazem olho grosso.

Realmente, acho que precisamos fazer reformas profundas, sob pena de comprometer a história democrática.

tica do País, e dificilmente aqueles que têm um projeto político poderão voltar se continuar desta forma. Nós sofremos, V. Exa. sofreu e eu sou testemunha, na sua região, na sua casa, nos Municípios onde V. Exa. tem uma história de 30 anos de mandato. E lamentavelmente o desejo, a loucura, a volúpia de eleger-se Deputado de um político da região quase comprometeu sua história política. Sou testemunha disso.

Por isso, me somo ao seu pronunciamento e condeno esse tipo de atitude, porque quero ver como alguns Parlamentares, com os investimentos que fizeram, poderão pagar essa conta na frente, de que forma pagarão essa conta, e às vezes na presença da própria Justiça, que faz olho grosso.

Parabéns pelo seu pronunciamento!

O SR. CAÍTO QUINTANA (PMDB)

É verdade, Deputado Traiano. Ultimamente se controla em eleição tudo o que é lícito, só não se controla o ilícito. Aqui que não pode acontece e aquilo que poderia ser fiscalizado tudo é proibido. É proibido você fazer uma reunião, é proibido você tocar uma gaita ou um violão, é proibido transportar, é proibido tudo. Agora, comprar voto, neste nosso País, não é proibido.

Concedo um aparte ao Deputado Rafael Greca.

O Sr. Rafael Greca (PMDB)

Quero cumprimentá-lo pela eleição, manifestar o cumprimento também aos demais Deputados eleitos, e quero dizer que de novo insisti em fazer uma campanha só baseada na palavra. Isso porque acredito que a palavra permanece quando a língua bebe a verdade na taça do coração.

Pois bem, sou quem sou, com a minha trajetória de vida em Curitiba. Nesta Cidade fiz oito ruas da Cidadania, 50 bibliotecas, 90 centros de saúde, dos quais seis dos 10 que são 24 horas, o Programa Mãe Curitibana, asfaltei quatro anéis de interbairros, dos 23 parques devo ter viabilizado 11, e tive 23 mil votos em Curitiba, sendo que no todo cheguei aos 30 mil votos. Não me elegi. Não tenho mágoa. Considero a missão cumprida porque fiz tudo o que devia e vi o processo político fazer o que costuma. No Guarituba, em Piraquara, fizemos 1 mil casas e não foram 600 os votos. Mas um outro candidato, muito abonado, fez 27 mil votos e casa alguma fez e nada ainda fez por aquele povo. Isso o obriga a ser muito melhor do que eu com relação a Piraquara e ao Guarituba e ao fundo dos rios e dos vales. No Campo Magro fizemos 388 casas para gente em área de risco e tivemos 305 votos. E se fizemos uma contabilidade fria, o que vamos ver é que há um processo de corrupção da pureza das urnas por um poder econômico desmedido e despropositado. Ninguém tem o direito de falar mal desta Assembleia quando diz respeito a práticas supostamente ilícitas de Deputados quando se vota da forma como se votou, que é coisa que não tem cabimento.

Então, não há mágoa no que estou dizendo. Mas quero deixar claro que há uma perversão, no meu ponto de vista, da pureza do processo democrático.

E também queria lhe felicitar sobre o comentário sobre a compra de votos, porque a única coisa que não é proibida, como disse V. Exa., é comprar votos. Agora, eu até se soubesse fazê-lo não o faria, porque acho que é essencial ter a autoridade que vem da palavra nascida do bom trabalho, autoridade do bem realizar e não autoridade da força do bolso ou da força do poder que ameaça a pureza das instituições.

Era isso.

O SR. CAÍTO QUINTANA (PMDB)

Obrigado, Deputado Rafael Greca.

É uma reflexão a se fazer. Hoje pela manhã falava com um promotor de Justiça meu amigo e dizia para ele que o Ministério Público é um instrumento que pode cuidar das eleições. Porque em uma Cidade pequena o cidadão que lá mora, o eleitor de lá que faz campanha, ela não denuncia para não se incompatibilizar dentro da comunidade em que mora. A Justiça só funciona se provocada. Então, o instrumento de acompanhamento preventivo, bastaria ser, seria o Ministério Público. Tanto batem nesta Assembleia Legislativa, mas viu escorrer, em cada Município, campanhas milionárias, desproporcionais ao processo eleitoral, e que eu saiba, nada fez.

Parabenizo aos que se elegeram, pela conduta que tiveram, pela força que tiveram. Porque foi para esta Casa, tão torpediada, manter um número alto de Deputados reeleitos. E saibam, foi com muito trabalho. Porque nem sempre aquilo que se diz aqui é o reflexo verdadeiro da Oposição e do trabalho que o Deputado tem lá nas suas bases. O conceito que alguns, que não tiram o pé do asfalto, têm sobre o Parlamentar é muito diferente da realidade de quem faz campanha no interior, de quem ajuda os Municípios, de quem leva recursos aos Municípios, de quem põem carros de madrugada, a hora que for, para socorrer ou amparar pessoas que necessitam.

Então, vamos respeitar esta Casa, porque aqui não tem ninguém que veio por sorteio, por concurso. Os Deputados que aqui estão vieram pelo voto do povo paranaense. E se o povo paranaense os colocou não é a discussão do sim, do não, do acho ou do não acho para reconhecer a legitimidade desse mandato. Que esta Assembleia Legislativa cumpra esse final de mandato e reinicie o próximo mandato com a autoridade que o Legislativo paranaense tem que ter, na certeza de que aqui é a representação dos eleitores do Estado do Paraná, bem ou mal, num processo ainda a ser aperfeiçoado, mas aqui estão aqueles que o povo mandou. Se esse povo for bom a Assembleia Legislativa irá bem. Se o eleitor escolheu mal, vendeu o seu voto, o reflexo estará aqui também. Mas esse não é um problema da instituição. Esse é um problema do eleitor.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

O Deputado Caíto Quintana tem razão. Nós que não concorremos, mas que participamos do processo, vimos a injustiça feita a alguns Parlamentares, nossos companheiros, que não se elegeram mas fizeram votação expressiva e foram prejudicados por pessoas de helicóptero, que desciam nas Cidades levando sacos de dinheiro. Nós sentimos porque aqui todos somos parceiros.

A imprensa critica o Parlamento, mas o povo do interior reconhece cada um dos seus Deputados, independente de sigla partidária, o trabalho que fazemos na base. Todos os Deputados merecem respeito do Paraná pelo processo que fizeram. Parabéns aos eleitos, aos que ficaram na primeira suplência, aos que não concorreram. Mas votar no Tiririca, em São Paulo, é a prova da ignorância daquele povo. A Cidade mais importante do País votar numa pessoa analfabeta! E será, no Congresso Nacional, o pior Deputado do Brasil.

Ordem do Dia:

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Ofício nº 1731/10, subscrito pelo Presidente do Tribunal de Justiça, constante do expediente, encaminhando incluso anteprojeto de lei que dispõe sobre a alteração de dispositivo da Lei Estadual nº 14277, de 30/12/03 (Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná). **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Ofício nº 1736/10, subscrito pelo Presidente do Tribunal de Justiça, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei que propõe alteração do artigo 297 da Lei Estadual nº 14277, de 30/12/03, Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná - CODJ, e altera os níveis de vencimento dos ocupantes do cargo de Auxiliar Administrativo do foro judicial, definindo o nível inicial e final da carreira divididos por entrância. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Ofício nº 1759/10, subscrito pelo Presidente do Tribunal de Justiça, constante do expediente, encaminhando o incluso anteprojeto de lei que cria na estrutura do Quadro de Servidores do Poder Judiciário, vinculados à Secretaria do Tribunal de Justiça, 05 (cinco) cargos de administrador, 12 (doze) cargos de contador e 05 (cinco) cargos de economista, que passam a integrar o anexo I - Grupo Ocupacional Superior, da Lei nº 11719, de 12/05/97, consolidado no Anexo I da Lei nº 14807, 20/07/05. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Ofício s/n, subscrito pelo Deputado Enio Verri, constante do expediente, comunicando sua ausência na Sessão Plenária do dia 06 de outubro do corrente ano

(quarta-feira), devido à reunião agendada com o Ministro do Planejamento, Sr. Paulo Bernardo, na Cidade de Brasília/DF. **À Comissão Executiva.**

Ofício s/n, subscrito pela Deputada Cida Borghetti, constante do expediente, comunicando sua ausência do País no período de 05 a 18 de outubro do corrente ano, para tratar de assuntos particulares, sem ônus para esta Casa de Leis. **À Comissão Executiva.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Stephanes Júnior, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Nereu Moura, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3548, de autoria do Deputado Fábio Camargo, constante do expediente, requerendo justificativa de ausência nas Sessões Ordinárias dos dias 04 e 05 de outubro do corrente ano, devido a problemas de saúde. **À Comissão Executiva.**

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final**ITEM 01**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 089/10, de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk, que obriga as farmácias e drogarias situadas no Estado do Paraná a manter à disposição do público, para consulta, lista de medicamentos genéricos, em braile. **Aprovada. (Publ. no DA nº 016/10, de 09/03/10, em Projetos de Lei).**

2ª Discussão**ITEM 02**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 302/10, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 059/10, que objetiva a instituir a Política Estadual de Fomento à Economia Solidária no Estado do Paraná, a qual terá como diretriz fundamental a promoção da economia solidária e o desenvolvimento de grupos organizados autogestionários de atividades econômicas, visando sua integração no mercado e autossustentabilidade de suas atividades. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF.**

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 3464, de autoria do Deputado Elio Rusch, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) Sessões. **Aprovado.**

O SR. ELTON WELTER (PT)

Para discutir, Presidente?

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Para encaminhar o requerimento, Sr. Presidente?

(Assentimento)

Esse tema que envolve a criação da Política Estadual da Economia Solidária é absolutamente fundamental, que é um grande desejo dos segmentos que se mobilizaram. Durante anos, esta Casa tem debatido e discutido esse tema, essa política, que são todas as iniciativas que estão muito vinculadas com as instituições e entidades, especialmente da Igreja Católica, que é uma grande patrocinadora do ponto de vista do desenvolvimento dessas atividades, que estão muito vinculadas com as pessoas de menor renda, das famílias mais pobres que, em um regime de associativismo, podem superar a exclusão do mercado formal de trabalho. A economia solidária se destina àquelas pessoas, homens e mulheres, que são trabalhadores, mas que por diversas razões não conseguem se inserir no mercado de trabalho. Essa Política Estadual de Economia Solidária é no sentimento de poder dotar a Secretaria do Trabalho, do Governo Estadual, de uma política que possa contemplar o atendimento a esse segmento.

O nosso sentimento é que essa matéria de relevância, deve ser votada, que está contemplada no próximo orçamento. Entendo que não há razão para que a Assembleia Legislativa deixe de discutir um tema tão relevante como esse. Por isso, encaminhando favoravelmente à aprovação da mensagem oriundo do Governador do Estado. Sou pela derrubada e gostaria de encaminhar à nossa bancada pela derrubada do requerimento e pela votação do presente projeto de lei.

O SR. ELTON WELTER (PT)

Para encaminhar?

(Assentimento)

Sr. Presidente, essa lei que institui a Política Estadual da Economia Solidária é oriunda da Conferência Estadual da Economia Solidária, que teve o seu fechamento em Foz do Iguaçu. Há toda uma articulação dos movimentos sociais que se articulam com catadores de papel, associações de pessoas, que por sua condição de vida socioeconômica, formalizaram pequenas cooperativas, uma forma de evitar o abuso de alguns atravessadores. O Estado quer implementar uma política para garantir mais renda à essas pessoas, que são excluídas do mercado de trabalho e que, muitas vezes, prestam um grande serviço para os paranaenses, como os catadores de papel que separam o lixo reciclável, embalam, prensam e comercializam, para ter a sua renda. Eles prestam um serviço de relevância para o Paraná na questão ambiental e têm uma renda boa. O Estado quer, com esta lei, começar uma política consolidada, do ponto de vista da distribuição de renda e da economia solidária. É uma orientação amplamente debatida com os paranaenses, que está no

planejamento do Paraná para definir critérios para a concessão. Os Municípios que têm o mínimo de organização de trabalhadores ligados à economia solidária serão os grandes beneficiários. Essa iniciativa do Governo é louvável e, certamente merece a aprovação unânime desta Casa.

Por isso recomendo que o autor do requerimento, que pede a retirada, foi votada em um turno, que reveja a posição, porque o projeto é de relevância e foi amplamente discutido com o conjunto dos paranaenses e entidades envolvidas com a economia solidária. O próximo Governo terá grandes méritos se consolidar essa política solidária, porque existe nacionalmente uma orientação e repasses continuados para os entes federados e Estados para consolidar essa política. Nesse sentido, é de relevância fundamental, principalmente para os mais excluídos da sociedade, que muitas vezes não tiveram acesso à escola e nenhuma outra forma para ingressarem no mercado de trabalho, e é pela economia solidária que eles garantem um mínimo de renda para viverem bem com suas famílias. Por isso peço o voto favorável a esse projeto.

Muito obrigado.

O SR. ELIO RUSCH (DEM) **(Para Encaminhar)**

Presidente, hoje é dia 5 de outubro, daqui a três meses, 5 de janeiro, teremos um novo Governo. Não é possível, Srs. Deputados, que faltando menos de três meses para o término desse Governo, a Assembleia Legislativa do Paraná aprove um projeto de lei que diz respeito à política administrativa do futuro Governador. Não que eu seja contra esse projeto, mas, Srs. Deputados, vamos usar o bom senso. A eleição foi dia 3 de outubro, anteontem. Os eleitores do Paraná elegeram um novo Governador, que vai assumir o Estado do Paraná e chama-se Beto Richa. Ele vai ser Governador a partir do dia 1º de janeiro. Como é que nós, Deputados, vamos querer aprovar um projeto que mexe na política administrativa do futuro Governo? Isso não será implantado neste Governo, isso será implantado no próximo Governo.

Estou no quinto mandato como Deputado, fui Vereador na Cidade de Marechal Cândido Rondon. Votar um projeto que mexe na política administrativa da futura administração! Vamos usar o bom senso! Não se trata de Oposição e não se trata de Situação, mas se trata de governabilidade, trata-se de respeito pelo eleitor! Não estou pedindo para derrubar o projeto. Votar agora ou votar daqui a 10 dias não altera em nada, Srs. Deputados. Vamos conversar com a equipe de transição. O Governador eleito, Beto Richa, já disse: “Eu vou formar uma equipe de transição que vai cuidar, com o atual Governo, da questão administrativa do Estado do Paraná”. Por que a Assembleia Legislativa quer atropelar o processo? Isso não faz parte do jogo democrático, isso não faz parte do bom senso, isso não faz parte do bom entendimento!

Peço a cada Parlamentar, Oposição ou Situação, mas o Governador chama-se Beto Richa e é ele que vai

cuidar disso aqui. Não é o Orlando Pessuti e nem outro Governador. Vamos conversar com a equipe de transição, com o futuro Governador. Se ele entender que isso é uma política que pode ser aplicada, que é de interesse do futuro Governador, aí sim! Mas não vamos nós, desta legislatura, e este Governador dizer o que o próximo Governador tem que fazer. É uma política de Governo, é uma política administrativa. Por que vamos fazer isso? Então, não existe uma equipe de transição, não precisa existir. Deixa correr o barco como está.

Apelo ao bom senso dos Srs. Parlamentares: vamos aprovar o meu requerimento e retirar o projeto por 10 Sessões. É o tempo necessário que a equipe de transição tem. Não vamos nós aqui, na Assembleia Legislativa, dizer o que o próximo Governador tem que fazer! Não é a assinatura do Governador Beto Richa que está debaixo desse projeto, é a assinatura do Governador Orlando Pessuti. Mas não é o Orlando Pessuti que irá implantar, é o futuro Governador.

Retiramos por 10 Sessões e o que vale é o bom senso. É isso que peço aos Parlamentares.

Muito obrigado.

O SR. TADEU VENERI (PT) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, o Deputado Elio Rusch, de forma brilhante, faz a sua defesa. Agora, alguns reparos são necessários. O Governador não é o Sr. Carlos Alberto Richa; o Governador, até 31 de dezembro, é o Sr. Orlando Pessuti. Até onde sei, o Governador Orlando Pessuti não teve seu mandato cassado. Então, vamos respeitar o processo, entendendo que o Governador é o Sr. Orlando Pessuti, legitimamente eleito e que está mandando um projeto para cá que foi discutido por esta Casa, aprovado na CCJ, aprovado aqui antes do período eleitoral, por unanimidade. Ora, se tinham dúvidas, por que não votaram contrário a esse projeto antes do período eleitoral? Não sei. Mas primeiro temos que reconhecer que o Governador é o Sr. Orlando Pessuti, legitimamente eleito e que mandou o projeto para cá, não agora, não no afogadilho.

Lembro, aliás, que o ex-Governador que antecedeu o Governador Roberto Requião, Jaime Lerner, nos dias finais do seu Governo criou algumas medidas que impactaram os anos seguintes, e que é normal, ou o pedágio não foi para 20 anos? Ou o BANESTADO não foi definitivamente vendido? Enquanto tiver mandato é legítimo que o Deputado, Vereador, Governador ou Presidente exerça seu mandato na sua plenitude. Não entendo porque agora devemos nos preocupar com aquilo que vem daqui a seis meses, um ano, não votando mais nada. Acho que é passível de preocupação aquilo que o Deputado Elio Rusch coloca aqui de adiar, mas vejam, se fôssemos por esse raciocínio que não podemos aprovar nada para o próximo Governo, sugiro que a Assembleia feche as portas. Então seria isso, seria um absurdo, ninguém aqui concordaria! Seria jogar contra tudo aquilo que sempre defendemos.

Então, Deputado Elio Rusch, me perdoe, mas V. Exa. está dizendo que daqui até dezembro esta Assem-

bleia não pode votar mais nada, porque tudo aquilo que de alguma forma for impactar o próximo Governo estará sendo questionado. É um absurdo! Não podemos criar nenhum tipo de prerrogativa futura sem que tenhamos que abrir mão das nossas prerrogativas presentes. E eu não abro mão de nenhum dia do meu mandato! Absolutamente nenhum e acho que nenhum Deputado vai fazer isso.

Por isso concordo com o que encaminharam aqui tanto o Deputado Romanelli como o Deputado Elton Welter, acho que sim que não devemos postergar essa votação. E se o futuro Governador, que foi eleito legitimamente também, Sr. Carlos Alberto Richa, entender que deve revogar esse projeto, mande outro projeto para cá, faça emendas. É legítimo! É esse o processo democrático. Agora, dizer que não podemos mais criar nenhum tipo de obstáculo, por favor, fiquei sete anos e seis meses vendo daquela tribuna os Deputados da Oposição, de forma legítima, leal e muitas vezes quase que de uma forma solidária, fazerem questionamentos sobre tudo e sobre todos os temas, porque esse é o papel do Parlamento. Agora, dizer que não podemos discutir, não podemos votar, teremos que aguardar a transição, francamente, é tentar engessar a Assembleia e criar um clima que inibiria todos nós!

Vou votar contra esse pedido de retirada por 10 Sessões, porque acho que a economia solidária é muito maior do que qualquer Governo. É muito maior do que os Deputados, é muito maior do que as nossas pontuais questões para serem resolvidas. Acho, inclusive, que o Sr. Carlos Alberto Richa, que já fez menções de entrar nesse processo e entrar favoravelmente, também não concordaria com a retirada, porque isso vai ajudar o seu próximo Governo. E nós estaremos aqui para votar todas as medidas que sejam favoráveis à população do Estado do Paraná, independente de virem do Governo A, B ou C. Neste momento somos favoráveis porque elas beneficiam a maior parte da população e a população mais pobre. E sabemos de que lado estamos, sabíamos antes das eleições e continuamos sabendo depois dela, independente de quem esteja no Governo.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. CAÍTO QUINTANA (PMDB) (Para Encaminhar)

Tenho um respeito profundo pelo Deputado Elio Rusch. Temos convivido bem. Agora, tem argumentos que são realmente inconcebíveis. Não estamos vivendo período de administração do Governador Beto Richa. Pelo que eu saiba, a sua posse acontecerá no dia 1º de janeiro do ano que vem.

Segundo, Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, este projeto está na Assembleia Legislativa desde o dia 15 de junho de 2010. Foi votado em 1ª discussão, que vota sua parte constitucional. Estamos votando a 2ª votação.

Agora, Srs. Parlamentares, àqueles que está sendo pedido inclusive para votar em favor do requerimento, o

que é o projeto dessa Política de Fomento à Economia Solidária? Quero ver as pessoas que discursam na tribuna em favor dos mais necessitados.

(Lê): “A Política de Fomento à Economia Solidária, para atingir seus objetivos deverá promover a elaboração e a compatibilização de noções específicas a partir dos seguintes instrumentos legais: a geração de produto ou serviço por meio de organização, de cooperação e gestão democrática de solidariedade.” A distribuição equitativa da riqueza produzida coletivamente, como por exemplo coleta de lixo, de garrafas, de plásticos, que você tenha uma forma de que, coletivamente, essas pessoas possam fazer parte dessa economia solidária, para que não haja pessoa que enfrente a rua e tenha que entregar para um intermediário para vender. Que você possa ter uma cooperativa, uma associação e esses membros de economia solidária possam ter o lucro do fruto do seu trabalho. A autogestão significa que essa associação solidária terá autogestão do seu trabalho, o desenvolvimento integrado e sustentável, o respeito ao equilíbrio do ecossistema, a valorização do ser humano e do trabalho, o estabelecimento de relações igualitárias entre homens e mulheres, o empoderamento social, a valorização da cultura a respeito dos costumes e tradições.

Então, pergunto ao Líder da Oposição, ou da Situação: qual desses itens V. Exa. não concorda? Qual desses itens V. Exa. acha que o Governador Beto Richa vai excluir? Ele é contra a autogestão dos serviços produzidos coletivamente? Ele é contra o desenvolvimento integrado? Ele é contra o equilíbrio do ecossistema? Ele é contra a valorização do ser humano e do trabalho? Ele é contra a relação igualitária entre homens e mulheres nessas formações dessas associações? O empoderamento social, a valorização da cultura? O respeito aos costumes e tradições? O que aqui tem que tenhamos que pensar para um novo Governo? Essa é uma questão de Governo atual, de Governo futuro.

Tenho certeza absoluta que se perdermos na manutenção desse projeto, que esse projeto será votado na Assembleia Legislativa por determinação do futuro Governador Beto Richa, que está menos imbuído do desejo de já antes de assumir a sua bancada, atropelar o processo que está aqui dentro. Acho que não é isso, não fizemos isso, como Situação, em cima de projetos da Oposição.

Queremos ter um tratamento respeitoso e decente com o novo Governo, mas essa tentativa de retirar todos os projetos que estejam na Casa e que possam servir para organizar um processo, não é possível, senão V. Exa. deveria anunciar recesso branco na Assembleia até o dia 1º de janeiro, porque se formos levar nestes termos, eu não sei qual a posição... Mas como que não é assim? Como que não é assim? Um projeto que entrou em junho, passou pela CCJ onde V. Exa. faz parte com seu voto, passou aqui em 1ª discussão com o seu voto, apenas um dia após o resultado da eleição...

(ausência de som)

Espero que o Governador Beto Richa não tenha esse comportamento, porque senão vai começar mal, vai começar exatamente contra a construção da economia solidária do Estado do Paraná.

Era isto, Sr. Presidente.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (**Para Encaminhar**)

Apenas quero pedir ao Deputado Caíto, um Parlamentar experiente, e prova disso é que foi reeleito, apenas estamos querendo adiar a votação para fazer um melhor estudo. Não é um posicionamento do Beto Richa ou do Deputado Elio Rusch; é uma prevenção, na verdade, de estudarmos. Estamos criando um fundo e, cá para nós, foi Governador deste Estado por oito anos por este partido, agora nos deem o direito, nós que vamos governar a partir do ano que vem, nos deem o direito e um prazo para termos uma posição quanto a este projeto. Apenas isto.

O Governador Beto Richa nem está sabendo disso aqui, mas certamente se soubesse pediria um tempo para ter uma posição. Nada contra o posicionamento do Deputado Caíto, apenas quero que ele compreenda o nosso posicionamento e o posicionamento do Deputado Elio Rusch, e peço o voto favorável ao requerimento do Deputado Elio Rusch, porque é uma questão de bom senso.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Não há a possibilidade de um acordo para retirar por cinco Sessões. Não dá tempo.

Então, em votação, vamos usar o painel.

Deputados favoráveis ao requerimento que adia o Projeto nº 302/10 por 10 Sessões votarão SIM e os contrários votarão NÃO.

Encerrada a votação.

Votaram 33 Srs. Deputados: 20 SIM, 12 NÃO. Está **aprovado** o requerimento.

Fica portanto, adiada a discussão por 10 (dez) Sessões do Projeto de Lei nº 302/10.

1ª Discussão

ITEM 03

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 148/10, de autoria do Deputado Teruo Kato, que concede o desconto de 50% em eventos teatrais do Estado do Paraná aos portadores de deficiências físicas. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CAICTM E CDHCCDC. **Aprovada. (Publ. no DA nº 031/10, de 05/04/10, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 148/10

P A R E C E R :

Preâmbulo

O projeto de lei ora em análise visa conceder o desconto de 50% (cinquenta por cento) aos portadores de

deficiências das taxas referentes a eventos teatrais do Estado do Paraná.

Legitimidade

Acerca da competência para legislar no caso em tela a Constituição assim estabelece:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

IX - educação, cultura, ensino e desporto;

XII - previdência social, proteção e defesa da saúde.

Diante do retro colocado, em um primeiro momento, imperioso se faz dizer que o presente projeto de lei esta em acordo com as prerrogativas constitucionais no que dizem respeito à autoria. Isto posto, em um primeiro momento, pois trata do acesso aos estabelecimentos os quais proporcionam um maior acesso a cultura.

Ademais, vejamos o que preceitua a Carta Magna sobre os portadores de deficiência:

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

E mais:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança (...) (Grifo nosso)

Vejamos que nossa Constituição como cidadão que é, vem a proteger princípio de igualdade entre todos que fazem parte do território nacional. Bem como, cabe à República a promoção do bem de todos, não importando qualquer forma de discriminação.

A partir daí, observa-se que o presente visa conceder no Estado, garantias aos mais necessitados, quais sejam: os portadores de deficiência. Não estaria discriminando tais pessoas, mais sim lhes resguardando garantias, protegendo assim seus direitos.

No mais, vale aqui ressaltar também os princípios trazidos pela Lei nº 7853/89, os quais tratam sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência.

Art. 2º Ao Poder Público e seus órgãos cabe assegurar às pessoas portadoras de deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos, inclusive dos direitos à educação, à saúde, ao trabalho, ao lazer, à previdência social, ao amparo à infância e à maternidade, e de outros que, decorrentes da Constituição e das leis, propiciem seu bem-estar pessoal, social e econômico.

Parágrafo Único. Para o fim estabelecido no caput deste artigo, os órgãos e entidades da administração direta e indireta devem dispensar, no âmbito de sua competência e finalidade, aos assuntos objetos esta lei, tratamento prioritário e adequado, tendente a viabilizar, sem prejuízo de outras.

Desta forma, configura-se legítima a competência do Parlamentar Estadual para elaborar projeto de lei.

Conclusão

Em assim sendo, verificadas a legalidade e constitucionalidade deste projeto de lei, opinamos por sua aprovação.

Sala das Comissões, em 09/08/10.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

NEREU MOURA - Relator

COMISSÃO DE INDÚSTRIA,
COMÉRCIO E TURISMO
PROJETO DE LEI Nº 148/10

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Teruo Kato tem por objetivo conceder o desconto de 50% em eventos teatrais do Estado do Paraná aos portadores de deficiências físicas.

Após parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, encaminhou-se o presente projeto de Lei para a análise.

Ao tratar sobre os portadores de deficiências físicas, que muitas vezes possuem sua capacidade laborativa reduzida e por consequência uma renda diminuída, a concessão da facilidade de acesso aos eventos teatrais privilegia uma minoria, o que faz deste projeto de lei muito importante para a justiça e a equidade.

Chamada esta relatoria a se manifestar, entendemos não haver óbice à normal tramitação do presente projeto de lei e assim somos por sua aprovação.

Sala das Comissões, em 23/08/10.

(aa) FERNANDO SCANAVACA - Presidente

LUIZ FERNANDES LITRO - Relator

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS
E DA CIDADANIA
PROJETO DE LEI Nº 148/10

P A R E C E R :

O projeto de lei objetiva conceder o desconto de 50% em eventos teatrais do Estado do Paraná aos portadores de deficiências físicas.

Vale destacar que a matéria, ao ser submetida à apreciação da Comissão de Constituição e Justiça desta Casa de Leis, recebeu parecer favorável quanto à sua legalidade.

Igualmente, estudamos a matéria e concluímos que a mesma terá grande alcance social, possibilitando uma maior inclusão dos portadores de deficiências físicas na vida cultural do Estado do Paraná e, por não causar nenhum impacto financeiro, nosso parecer é pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 14/09/10.

(aa) FRANCISCO BÜHRER - Presidente

ANTONIO BELINATI - Relator

ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 237/10, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 046/10, que objetiva alterar dispositivos da Lei nº 11863, de 23/10/97, que dispõe sobre a Polícia Estadual dos Direitos do Idoso. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CDDMCA E CF. **Aprovada. (Publ. no DA nº 053/10, de 24/05/10, em Mensagens).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 237/10

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do Poder Executivo, objetiva alterar dispositivos da Lei nº 11863 de 23/10/97, que dispõe sobre a Política Estadual dos Direitos do Idoso. A proposta encaminhada pelo Poder Executivo Estadual tem a finalidade de alterar artigos da Lei nº 11863, para que seja instituída a Semana Estadual do Idoso e modifica disposições sobre Conselho Estadual dos Direitos do Idoso.

Baseando-se no princípio do paralelismo das formas segundo o qual um ato jurídico só se modifica mediante o emprego de formas idênticas àquelas adotadas para elaborá-la, verifica-se que a intenção de promover alterações legislativas devem ser realizadas pelas mesmas vias de sua criação, estando o presente projeto em conformidade com o inciso IV, artigo 66 da Constituição Estadual.

Embora o presente projeto mencione atividades orçamentárias, verifica-se que inexistente contrariedade ao disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Quanto à técnica legislativa, foram observadas todas as disposições pertinentes à Lei Complementar nº 095/98. Portanto, chamada esta relatoria a se manifestar, somos de parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 10/08/10.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA
MULHER, DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
PROJETO DE LEI Nº 237/10

P A R E C E R :**Relatório**

O projeto de lei acima epigrafoado foi encaminhado pelo Chefe do Executivo Estadual, acompanhado da Mensagem nº 046/10, para este Legislativo, a fim de ser apreciado e votado pelos Pares desta Casa, e tem como proposta: objetiva alterar, a Lei nº 11863, de 23/10/97, que dispõe sobre a Política Estadual dos Direitos do Idoso.

A Doutrina da Proteção Integral é expressa, com clareza, pelo artigo 230 da Constituição Federal, onde estabelece que: *A família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurar sua parti-*

cipação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar garantindo-lhes a vida.

Os desdobramentos deste novo paradigma incidem sobre a garantia de que, pela Constituição Federal, todos os idosos terão seus direitos fundamentais efetivados, preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas, destinação privilegiada de recursos públicos para sua proteção, além de instrumentos e órgãos de defesa específicos para defesa de seus direitos.

Desta forma, vislumbra-se a necessidade de uma política pública com perspectiva sistêmica, integrada e articulada, dirigida aos idosos que estejam expostos a fatores de risco a sua formação e desenvolvimento integral.

A proposta ora em análise, institui a Semana Estadual do Idoso e busca aliar o potencial de liderança e conhecimento por conta de necessárias modificações e a real participação paritária, ou seja, com tratamento legal equivalente aos representantes governamentais e não governamentais na estrutura administrativa que regula o Conselho Estadual dos Direitos do Idoso - CEDI.

A autonomia do Poder e a sua função fiscalizadora devem ser sempre mantidas, para que o papel das instituições tenha legitimidade na consolidação do processo democrático. Assim a definição de limites e/ou critérios aprovados pelos instrumentos legais é a garantia de que este Legislativo exerce com plenitude o seu papel constitucional.

É o parecer.

Da fundamentação do parecer

A proposta ora em análise tramitou pelas Comissões de Constituição e Justiça e Finanças sendo que seus relatores exararam parecer favorável pela constitucionalidade e legalidade, sendo aprovado por unanimidade naquelas comissões.

A proposta legislativa encontra-se embasada no inciso IV, do artigo 66 da Constituição Estadual que diz:

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

IV - criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado e órgãos da Administração Pública.

Conclusão

Assim, chamada esta relatoria a se manifestar no projeto de lei em epígrafe, conforme preceitua o parágrafo 15, do artigo 33 do Regimento Interno, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 13/09/10.

(aa) ROSANE FERREIRA - Presidente

BETI PAVIN - Relatora

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 237/10

P A R E C E R :

O projeto de lei objetiva modificar os dispositivos

da Lei nº 11863, de 23/10/97, que disciplina a Política Estadual dos Direitos dos Idosos.

Vale destacar que a matéria, ao ser submetida à apreciação da Comissão de Constituição e Justiça desta Casa de Leis, reebou parecer favorável quanto à sua legalidade.

Igualmente, estudamos a matéria e concluímos que a mesma terá grande alcance social, possibilitando a inclusão dos jovens no mercado de trabalho e, por não causar nenhum impacto financeiro, nosso parecer é pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 13/09/10.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente
ANTONIO BELINATI - Relator

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 336/10, de autoria do Deputado Enio Verri, que altera o artigo 1º da Lei nº 15164, de 07/06/06, doação de imóvel ao Município de Jacarezinho. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. **Aprovada. (Publ. no DA nº 079/10, de 14/06/10, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 336/10

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei visa alterar a redação do artigo 1º da Lei nº 15164/06, que efetuou a doação de imóvel ao Município de Jacarezinho - Paraná, corrigindo um erro material, pois na redação vigente lê-se (...) matriculados sob nº 13782 e 8821, respectivamente, no Registro de Imóveis da Comarca de Jacarezinho, quando em verdade deveria ter contado para o número 12600 e 8821.

Fundamentação

Acerca da doação de propriedades da Administração Pública, preceitua a Constituição Estadual:

Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua Administração Indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social. (Grifos nossos)

O projeto está, portanto, em plena consonância com a supracitada disposição constitucional, visto que a prorrogação de cessão de imóvel que objetiva foi realizada entre o Poder Executivo e pessoa jurídica de direito público interno, qual seja o Município de Jacarezinho.

A alienação de bens imóveis é disciplinada, de regra, pela legislação própria das entidades estatais, sendo normalmente exigida a autorização legislativa, ava-

liação prévia e concorrência, sendo dispensável este último requisito quando se tratar de permuta ou doação, pois estes contratos em particular visam a pessoas ou imóveis certos, sendo incompatíveis com o procedimento licitatório.

No que tange a competência para legislar sobre o tema, verifica-se que, se tratar de alteração de lei já existente deve-se observar-se a quem incumbe originariamente dispor sobre a matéria.

É nesse contexto que dispõe a Constituição Estadual em seu artigo 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Resta, destarte, aferida a legitimidade do Poder Executivo Estadual para legislar acerca do tema em exame.

No que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar nº 095/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.

Conclusão

Desta forma, tendo em vista a plena consonância do projeto de lei em exame com os ditames legais que lhe são concernentes opinamos pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 09/08/10.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
NEREU MOURA - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTE E COMUNICAÇÃO PROJETO DE LEI Nº 336/10

P A R E C E R :

O projeto de lei em análise, de iniciativa do Deputado Enio Verri, tem como escopo alterar a referida Lei Estadual que autorizou a doação de imóvel pertencente ao Estado do Paraná ao Município de Jacarezinho, no sentido de corrigir os dados do imóvel a ser doado, especialmente no que se refere à sua matrícula.

Distribuído a esta comissão para que, regimentalmente manifeste sua análise sobre o mérito da proposição, especialmente no tocante às proposições relativas a obras públicas, seu uso e gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos; concessão de serviços públicos; sobre trânsito e transporte; e sobre comunicação em geral.

Em assim sendo, não havendo qualquer óbice à prosperidade da proposição em tela, somos de parecer favorável ao Projeto de Lei nº 336/10.

Sala das Comissões, em 09/08/10.

(aa) MARCELO RANGEL - Presidente
ELIO RUSCH - Relator

RequerimentosO SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Sobre a mesa, Requerimentos n°s 3460 a 3463, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 3465 a 3531, 3533 a 3546, de autoria do Deputado Plauto Miró, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 3549 e 3550, de autoria do Deputado Rafael Greca, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

ORDEM DO DIA:

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 110/10.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 148, 237 e 336/10.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 519/07 e 460/08.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para dia 06, quarta-feira, à hora regimental, com a seguinte

Levanta-se a Sessão.

